ALFREDO D'E. TAUNAY
E ROBERTO ACCIOLI

# HISTÓRIA DO BRASIL

PARA O EXAME DE ADMISSÃO

# HISTÓRIA DO BRASIL

PARA O

EXAME DE ADMISSÃO

ROBERTO BANDEIRA ACCIOLI
*Catedrático de História Geral e do Brasil do Colégio Pedro II.*

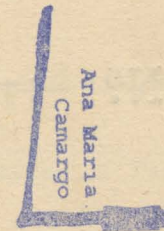
ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
*Professor de História Geral e do Brasil do Colégio Pedro II.*

# HISTÓRIA DO BRASIL

PARA O

# EXAME DE ADMISSÃO

(De acôrdo com o programa elaborado pela Congregação do Colégio Pedro II aos 29 de dezembro de 1959 e aprovado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura em 13 de janeiro de 1960.)

3.ª Edição



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

*Cartogramas e ilustrações de*
IVAN W. RODRIGUES

A capa dêste livro reproduz uma aquarela atribuída a
J. STEINMANN
do seu livro
*Souvenirs de Rio de Janeiro*

*Exemplar* **Nº 11814**

1961

*Obra executada nas oficinas da*
São Paulo Editora S. A. – São Paulo, Brasil

*A meus filhos*

ROBERTO CESAR

*esperança radiosa que se foi.*

LUCIA MARINA

*realidade admirável que se projeta.*

ROBERTO ACCIOLI.

*Aos meus*

*em testemunho de gratidão e amizade.*

ALFREDO d'ESCRAGNOLLE TAUNAY

# ÍNDICE

# PROGRAMA DE HISTÓRIA DO BRASIL

PARA O

EXAME DE ADMISSÃO DO COLÉGIO PEDRO II

1 — O descobrimento da América.
2 — O descobrimento do Brasil.
3 — Os elementos formadores do povo brasileiro; a contribuição religiosa: os Jesuítas.
4 — O início da colonização e as capitanias hereditárias.
5 — O govêrno geral: os três primeiros governadores.
6 — Os franceses na Guanabara e a fundação da Cidade do Rio de Janeiro.
7 — O domínio espanhol: os holandeses no Brasil, os franceses no Maranhão. Efeitos da guerra de sucessão da Espanha: os franceses no Rio de Janeiro.
8 — A expansão territorial do Brasil: as Entradas e Bandeiras.
9 — Os movimentos econômicos e nativistas. A Conjuração Mineira.
10 — A transmigração da família Real e o Brasil Reino.
11 — A Independência do Brasil: o grito do Ipiranga.
12 — O primeiro reinado.
13 — Os governos regenciais.
14 — O segundo reinado e a pacificação das lutas internas.
15 — O apogeu do Império.
16 — Os conflitos externos e a decadência do regime monárquico.
17 — A abolição da escravidão.
18 — A República: propaganda e proclamação.
19 — Os governos republicanos até 1930.
20 — O Brasil de 1930 em diante.

# APRESENTAÇÃO

*O novo programa de História do Brasil para o exame de admissão do estabelecimento padrão — Colégio Pedro II — determinou a feitura dêste manual.*

*Sua elaboração teve em vista atender aos que cursam a quinta série primária ou se preparam para o ingresso nos diversos ramos do ensino médio.*

*Inspirou-nos, igualmente, corresponder à circunstância dos que, no ensino supletivo, buscam a noção genérica dos nossos fastos, fixado, na sua essência, o principal. Realizamos, parece-nos, trabalho de acôrdo com as exigências da época, em que sobreleva o necessário elementar conhecimento, por parte de todos, da evolução brasileira.*

*Procuramos considerar, na nossa exposição, os aspectos fundamentais dos fatos salientes ocorridos e seus mais notáveis participantes, oferecendo, em síntese, os elementos que permitirão responder, de imediato, às naturais indagações, a despontar, ante os juízos enunciados e as personalidades focalizadas.*

*Relegamos a nomenclatura excessiva e o abuso cronológico, que afastam o estudante do compreensivo encantamento propiciado pelos estudos históricos.*

*Escrever a história é sobretudo escolher, e assim o fizemos, conscientes de que, com a ajuda de nossos colegas de magistério e do labor estudantil, poderemos, entrelaçados nos mesmos permanentes propósitos, atingir também a finalidade de conveniente preparação para posterior desenvolvimento do programa de história do curso secundário, ainda há pouco, tido como "recomendável inovação introduzida em nosso ensino em 1951".* (1)

Rio de Janeiro, 1.º de junho de 1960.

ROBERTO ACCIOLI

ALFREDO d'ESCRAGNOLLE TAUNAY

(1) DELGADO DE CARVALHO: *História Geral*, vol. 2 – Idade Média – Tomo I. Centro brasileiro de pesquisas educacionais – I.N.E.P. – Ministério da Educação e Cultura – Rio, 1959.

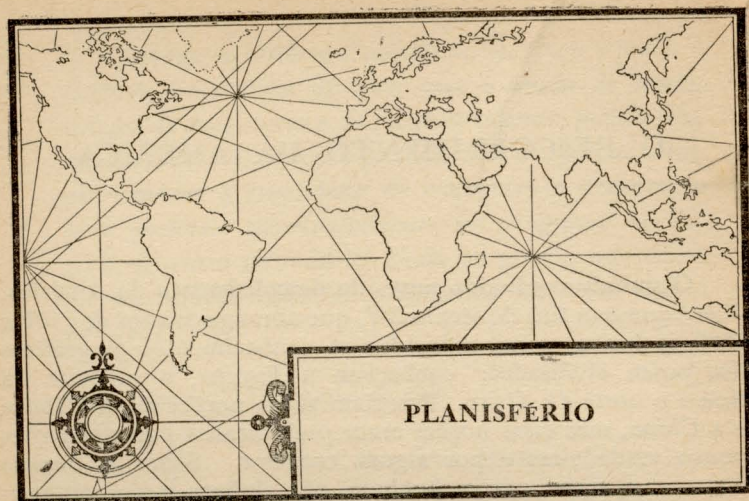


# O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

**O mundo conhecido antes do descobrimento da América.** – Até quase os fins do século XV, que abrange os anos de 1401 a 1500 inclusive, eram reduzidos os conhecimentos geográficos dos povos civilizados: conheciam a *Europa*, o sudoeste da *Ásia* e o *norte da África*. Possuíam ainda noções sôbre a *Índia* e a *China*, mas essas noções eram prejudicadas por afirmações pouco verdadeiras e por alguns exageros. Sôbre as demais terras e os mares que as banham, não tinham maior conhecimento. O *Oceano Atlântico* era denominado *Mar Tenebroso*, cheio de perigos e de desagradáveis surprêsas, segundo acreditavam. O *Mar Mediterrâneo* já era conhecido desde a remota *Antigüidade* pelos europeus, que o cruzavam em tôdas as direções em constantes viagens, ora comerciais ora guerreiras.

**Causas dos descobrimentos marítimos.** – Foi no decorrer do século XV que os homens desenvolveram acentuadamente a procura das regiões desconhecidas. O emprêgo da *bússola* facilitou essa procura, possibilitando aos marinheiros saberem a posição dos seus navios em alto-mar e, assim, poderem encontrar o rumo a seguir.

A construção da *caravela* foi outro fator que facilitou a descoberta de novas terras, pois êsse tipo de navio tinha mais segurança e melhor velocidade que os navios usados anteriormente: mais segurança que a galera e mais velocidade que a nau.

Na época que antecedeu os descobrimentos marítimos havia, no mar Mediterrâneo, intenso comércio de produtos originários dos países orientais. Entre os produtos de maior aceitação podem-se citar as apreciadas *especiarias* – açúcar,

pimenta, canela, cravo, gengibre, noz-moscada — as sêdas chinesas, o algodão hindu e muitas variedades de pedras preciosas, como esmeraldas da Índia, safiras do Ceilão e rubis do Tibet.

Essas riquezas eram trazidas dos seus locais de produção para os portos orientais do Mediterrâneo e daí transportados para os países europeus pelos navios italianos.

A investida dos turcos otomanos contra o Império em que estavam localizados quase todos êsses portos — o *Império Romano do Oriente* —, impediu a continuação dêsse comércio e forçou a procura de um novo caminho marítimo para as *Índias*. A expressão "caminho marítimo para as Índias" era uma expressão corrente na época, repetida através dos tempos e que, entretanto, referia-se não apenas à *Índia* pròpriamente dita e sim também à China, ao Japão e demais regiões do extremo-Oriente, pois tôdas elas os europeus desejavam conhecê-las suficientemente.

Além dêsse forte motivo para a realização das grandes navegações — a continuação do comércio de produtos orientais —, outros também podem ser enumerados: o espírito de aventuras, o desejo de conhecer as terras lendárias do Oriente e de trazer para a cristandade os povos pagãos que habitavam regiões ainda pouco conhecidas.



**Descobrimentos portuguêses.** — Situado no sudoeste da Europa, com apreciável litoral no Oceano Atlântico e próximo da África, Portugal teve a primazia do movimento que visava, contornando o continente africano, encontrar o caminho marítimo para as *Índias*. Com a criação da escola prática de navegação em *Sagres*, a Escola de Sagres, o infante *D. Henrique*, filho do rei *D. João I*, iria dar início às atividades portuguêsas de achamento de novas terras. A escola de Sagres, situada perto do Cabo de São Vicente, foi uma escola de observação direta da natureza, onde as bancadas de estudo iam ser as pranchas das caravelas impelidas pelos ventos sôbre as ondas. O Infante, a fim de dar maior assistência aos nautas e cientistas que trabalhavam em Sagres, passou a residir no Cabo de São Vicente, onde fundou a *vila do Infante*.

*Infante D. Henrique, segundo o painel de Nuno Gonçalves. Observe-se o chapéu, "borgonhês", peculiar aos nobres da época.*

Os portuguêses iniciaram suas atividades marítimas explorando organizadamente o litoral africano: o descobrimento de muitos portos do litoral ocidental da África, das ilhas *Açôres, Madeira,* e outras, resultou da ação dos seguidores de D. Henrique.

Mais tarde, em 1487, *Bartolomeu Dias* descobriu o extremo sul da África, que êle denominou *Cabo das Tormentas,* nome êsse mudado pelo rei D. João II para *Cabo da Boa Esperança.* O rei tinha a esperança de, descoberto o ponto extremo da África, poder chegar às Índias por mar: essa esperança foi confirmada em 1498, quando *Vasco da Gama* chegou a Calicut. Essa viagem feliz dos portuguêses foi cantada no poema "Os Lusíadas" do grande poeta português *Luís de Camões.*

**Descobrimento da América.** — Enquanto os portuguêses procuravam o caminho das Índias pelo oriente, o genovês *Cristóvão Colombo,* cujos estudos lhe haviam dado a segurança da redondeza da Terra, repetia constantemente que seria possível atingir as regiões orientais navegando em direção do ocidente. Ofereceu-se ao rei de Portugal para realizar essa viagem, mas vendo recusado seu oferecimento, foi para a Espanha, onde reinavam *Fernando de Aragão* e *Isabel de Castela,* os "Reis Católicos".

Chegando à Espanha internou seu filho menor no Convento de Arrabida, onde conheceu frei *Juan Perez,* que se interessou pelos seus planos e acabou conseguindo uma entrevista de Colombo com os "Reis Católicos". Êsses monarcas auxiliaram com dinheiro a Colombo, que recebeu também ajuda de particulares e pôde, assim, equipar três navios para a desejada expedição. Com êsses três navios, *Santa Maria, Pinta* e *Niña,* partiu Colombo do pôrto de *Palos,* pela manhã do dia 3 de agôsto de 1492, tendo antes estado na Igreja de São Jorge, implorando a proteção divina. Colombo soube escolher o local para equipagem de sua pequena frota: os marinheiros de Palos eram os que melhor conheciam o Gôlfo de Guiné e que há mais tempo tinham navegado mares afastados.

Após uma viagem acidentada, durante a qual os marinheiros muitas vêzes desanimaram e pediram para voltar, Co-



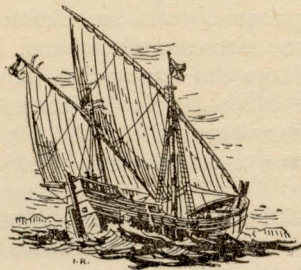
*Colombo desembarcando na América. Vê-se ao fundo a nau capitânia "Santa Maria" e a caravela "Pinta", conforme reconstituição feita pelo Museu Naval de Gênova.*

lombo teve a recompensa dos seus longos trabalhos: às duas horas da madrugada do dia 12 de outubro, o marinheiro *Juan Rodrigues Bermejo,* da gávea do "Pinta", anunciou que avistara terra. A primeira terra americana avistada foi a ilha que os nativos denominavam *Guanaani,* hoje *São Salvador,* situada no arquipélago das *Lucaias* ou *Baamas,* nas Antilhas. A 14 de março de 1493, depois de haver descoberto *Cuba* e *Haiti,* Colombo desembarcava em Palos com a satisfação de haver realizado o que tanto desejara.

**Cristóvão Colombo.** — Nasceu em Gênova, na Itália. Não há certeza sôbre a data do seu nascimento, mas o ano de 1451 é o mais citado pelos historiadores, como sendo aquêle em que o futuro descobridor da América viu a luz.

Desde môço demonstrou grande curiosidade científica e entusiasmo pelas viagens. Foi morar em Portugal, e aí dedicou-se ao comércio e à navegação, chegando mesmo, conforme afirmou na carta que dirigiu ao rei D. João II oferecendo seus serviços, a conhecer todos os mares que os homens conheciam.

Além da viagem de 1492, em cujo regresso recebeu grandes homenagens, Colombo fêz mais três outras às terras do continente que descobrira. Entretanto, das grandes vantagens que iria receber pelo êxito do seu empreendimento, quase tudo lhe foi negado, e chegou mesmo a voltar, de uma das suas viagens, prêso e algemado. Morreu em 1506, esquecido e abandonado, num convento de *Valladolid,* na Espanha. Levou para o túmulo, além da amargura pelas injustiças que julgou sofrer a errada certeza de que havia chegado às Índias.

Talvez a posteridade não lhe tenha feito inteira justiça, muito embora haja dado seu nome a um dos mais prósperos país da América — a Colômbia. Entretanto, ao continente que descobriu foi atribuído o nome de um seu contemporâneo, *Américo Vespúcio,* nascido em Florença (Itália). Seria possível explicar tal preterição com o fato de haver Colombo insistido em apresentar seus descobrimentos com aspectos das noções tradicionais e em julgar sempre que havia atingido as Índias, ao passo que Vespúcio, embora autor de algumas afirmativas pouco verdadeiras, apresentou a revelação de um novo mundo desconhecido dos antigos, que o descreviam sob formas irreais.

*Caravela de fins do século XV.*



# O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

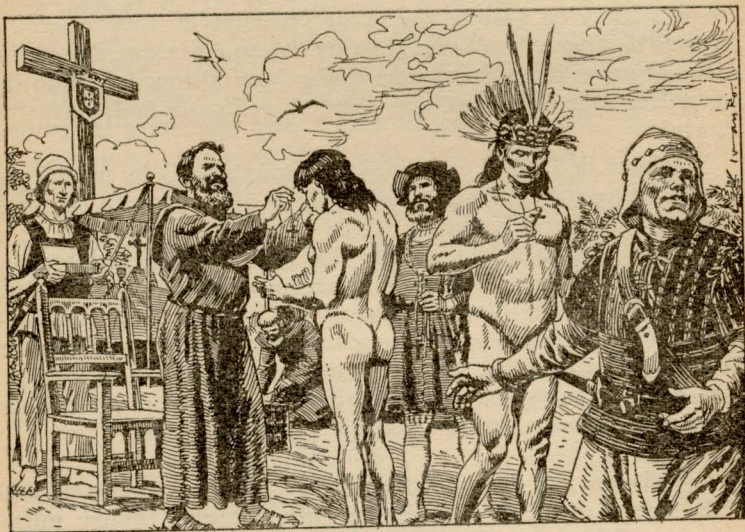
A viagem de Vasco da Gama abriu aos povos do ocidente europeu o caminho marítimo para as Índias. Para aproveitar tão feliz acontecimento e para assegurar o domínio português na Índia, o rei *D. Manuel I, o Venturoso,* mandou para as terras do oriente uma esquadra, cujo comando atribuiu, por Carta Régia datada de Lisboa aos 15 de fevereiro de 1500, a *Pedro Álvares de Gouveia.* O comandante da esquadra que descobriu o Brasil usava antes da viagem que o imortalizou o apelido de sua mãe e só mais tarde é que passou a assinar-se *Pedro Álvares Cabral.*

A frota de Cabral, que iniciou aí suas atividades marítimas — não havia navegado anteriormente — era composta de treze embarcações: dez caravelas e três navios de transporte. Da expedição faziam parte alguns dos grandes navegadores da época: Bartolomeu Dias e seu irmão Diogo Dias; Nicolau Coelho, Sancho de Tovar e Gaspar de Lemos. Dois viajantes merecem referência especial, embora não fôssem marinheiros: *Pero Vaz de Caminha,* nomeado escrivão da feitoria de Calicut e *Henrique Soares,* padre, da cidade de Coimbra, e que rezaria a primeira missa na terra achada pelos portuguêses.

**A viagem e o descobrimento.** — A viagem começou no dia 9 de março de 1500; na véspera, um domingo, houve missa solene em Lisboa, realizada pelo bom êxito do empreendimento. A frota partiu velejando na direção do sul, ao longo do litoral africano. A 14 de março foram avistadas as ilhas Canárias e a 22 as do Cabo Verde. Daí em diante, Cabral tomou a direção

do sudoeste, mantendo êsse rumo durante mais de vinte dias, até que, a 21 de abril, apareceram sinais de terra próxima: plantas que boiavam.

Na manhã do dia seguinte, 22 de abril de 1500, quarta-feira da semana da Páscoa, os tripulantes avistaram pássaros voando na direção do oeste, o que confirmava a proximidade de terras; na tarde dêsse mesmo dia foi avistada a terra do Brasil. O monte *Pascoal* foi o primeiro acidente geográfico brasileiro visto pelos portuguêses: recebeu o nome que tem em homenagem ao dia do seu achamento.

No dia 25, após várias tentativas em busca de um ancoradouro seguro, encontraram os companheiros de Cabral um bom local para abordagem: a baía *Cabrália,* na parte sul da baía de *Santa Cruz.* No dia seguinte, 26 de abril, no ilhéu Coroa Ver-

*Segunda missa no Brasil, após a qual os indígenas recebem cruzes de estanho de Frei Henrique de Coimbra. A indumentária do soldado está feita segundo uma tapeçaria de fins do século XV.*



melha, frei Henrique de Coimbra, como é mais conhecido, rezou a primeira missa no Brasil.

A 1.º de maio, verificada a posse do território, seguiu-se a primeira missa em terra firme, ainda celebrada por Frei Henrique. Também a 1.º de maio, Pêro Vaz de Caminha terminou sua célebre carta, dirigida ao rei D. Manuel e na qual tão bem descreve a terra do Brasil, seus habitantes e os interessantes episódios verificados nos primeiros contactos entre portuguêses e indígenas.

No dia 2 de maio partiu Cabral para as Índias, deixando em terra dois degredados. Nesse mesmo dia, separando-se do resto da esquadra, regressou a Lisboa o navegador Gaspar de Lemos, capitaneando o navio de mantimentos e levando a carta de Caminha ao rei D. Manuel I.

**O nome da nova terra.** — Cabral deu à nova terra o nome de *Vera Cruz,* mais tarde mudado pelo rei para *Santa Cruz.* Na terra descoberta havia em grande abundância uma certa madeira (o ibira-pitanga dos indígenas), que servia para tingir tecidos por motivo de sua bela côr vermelha. Os portuguêses costumavam trocar com os indígenas a madeira avermelhada e que se chamava *brasil:* daí o nome de *brasileiros* atribuído inicialmente aos que transportaram a madeira para os navios portuguêses e depois o nome de *Brasil* dado à terra que êles habitavam.

**A glória do descobrimento do Brasil cabe ao português.** — Não parece haver dúvidas sôbre a presença de alguns espanhóis em terras onde hoje está situado o território brasileiro antes da chegada de Cabral. *Vicente Pinzon, Alonso de Hojeda* e *Diogo de Lepe* foram os espanhóis que tocaram terras do Brasil antes de abril de 1500. Cabral, porém, foi o primeiro a tomar posse da terra brasileira em nome do seu rei e de sua viagem é que existem documentos autênticos sôbre os fatos nela verificados. Além disso, documentos diversos afirmam que outros portuguêses estiveram no Brasil antes de Cabral: a carta de Mestre Joan, e na qual fazia referência a um mapa contendo a nova terra e existente em Lisboa; a carta de D. Manuel aos seus sogros, os *Reis Católicos,* em que afirmava: "o dito meu

*Retrato baseado em um baixo-relêvo existente no Mosteiro dos Jerônimos, que se supõe representar a figura de Pedro Álvares Cabral.*

capitão chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs o nome Santa Cruz"; o livro de Duarte Pacheco Pereira, "Esmeraldo de situ orbis", em que o autor afirma haver estado no Brasil em 1498.

Pelos motivos acima citados e também por haver cabido aos portuguêses a colonização da nova terra, justo é que a glória do descobrimento do Brasil seja atribuída a Portugal.

Sôbre a sua viagem não apareceu ainda qualquer relato do próprio Cabral de maneira que para o estudo da mesma há de se cingir a documentos contemporâneos e aos cronistas que escreveram alguns anos após 1500-1501, cumprindo destacar as fontes contemporâneas portuguêsas e italianas.

**Tratado de Tordesilhas.** — Portugal julgou-se prejudicado com o descobrimento da América. Isso porque vários papas, no exercício de direitos assegurados pelos costumes da época, haviam atribuído à coroa portuguêsa a posse e administração das terras adquiridas e por adquirir desde o cabo Bojador, situado na costa ocidental da África, até a Índia e Portugal considerava que a terra descoberta por Colombo estava compreendida nessa zona. O rei D. João II pensou mesmo em fazer guerra à Espanha. Depois, porém, de intervenção do papa *Alexandre VI* e que resultou inútil, os dois países ibéricos preferiram negociar diretamente.

Dessas negociações resultou o *Tratado de Tordesilhas* (7-6-1494) e que estabelecia o seguinte: as terras situadas até 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde pertenceriam a Portugal e daí em diante à Espanha.



Dessa forma, parte do Brasil — de Belém do Pará a Laguna em Santa Catarina — cabia a Portugal antes mesmo do seu descobrimento.

**Pedro Álvares Cabral.** — O descobridor do Brasil nasceu em 1467 ou 1468, em *Belmonte,* na Beira. Filho de Fernão Cabral e D. Isabel de Gouveia, pertencia à mais alta aristocracia da região. Seu avô paterno, Fernão Álvares Cabral, havia sido guarda-mor do infante D. Henrique, o fundador da Escola de Sagres.

Cabral era homem de avantajada estatura e de muita coragem pessoal; leal e honesto, adorava o luxo e o fausto, parecendo ter sido elemento importante na côrte de D. Manuel.

Não são muito conhecidos os fatos de sua vida até o momento mais importante da mesma: o descobrimento do Brasil. Regressando a Lisboa em 1501, o rei ainda o nomeou capitão-mor da armada que ia para a Índia em 1502. Não aceitou o cargo, ignorando-se os motivos de recusa e daí em diante não mais exerceu qualquer função oficial. Exilou-se voluntàriamente em Santarém, onde possuía avultadas propriedades e apesar de se haver casado com D. Isabel de Castro, fidalga de alta linhagem, ficou isolado até os fins de seus dias. Morreu em 1526, em *Santarém;* alguns autores, entretanto, afirmam que sua morte verificou-se em 1520. Está sepultado, juntamente com sua mulher, na Igreja da Graça.

*Marinheiro do século XVI utilizando-se de um astrolábio.*

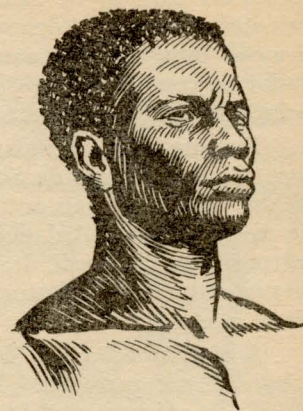
# OS ELEMENTOS FORMADORES DO POVO BRASILEIRO. A CONTRIBUIÇÃO RELIGIOSA: OS JESUÍTAS

Dos elementos constitutivos do povo brasileiro cabem maiores referências, por haverem contribuído mais para a nossa formação cultural, ao *branco português*, ao *negro africano*, e ao nativo da terra, o *brasilíndio*.

O *elemento português* foi de fundamental importância na formação cultural brasileira, pois dêle herdamos a quase totalidade de nossas instituições políticas, sociais e econômicas. Por suas qualidades tornou-se capaz de produzir êsse tipo de colonização tropical de que resultou o Brasil e que é superior ao que outros povos conseguiram em distintas regiões do mundo com característicos assemelhando aos de nossa terra. Assim, pode-se dizer que o português foi o povo indicado para colonizar um país, situado, como o Brasil, em zonas tropical e subtropical.

O *elemento negro* que, na África, já atingira o estado de cultura agrícola, foi aproveitado pelos portuguêses para uma colonização baseada no cultivo da terra. Em virtude de o português procurar as atividades mercantis e o indígena ainda se encontrar na condição de nômade e, portanto, desafeiçoado aos trabalhos diários e sedentários, os colonizadores tiveram de recorrer à importação do negro africano, realmente capaz de realizar o pesado esfôrço do trato da terra, obrigado a isso pelo regime de trabalho escravo. Portugal, aliás, não era a única nação européia que importava africanos mantendo o tráfico de escravos: Inglaterra, França e Dinamarca também exerciam o mencionado tráfico.



*Um marinheiro português da época dos descobrimentos.*

*Um africano do norte. Seus traços fisionômicos são finos.*

Os primeiros negros chegaram a Portugal da costa de Senegal e da Guiné, trazidos pelos navegadores Gil Eanes e Diogo Cão na condição de "simples visitantes"; Antão Gonçalves já os trouxe declaradamente como escravos (século XV). Nos fins do citado século acentuou-se o tráfico negreiro para Portugal e colônias do Atlântico; para o Brasil talvez tenha começado com Martim Afonso de Sousa em 1531.

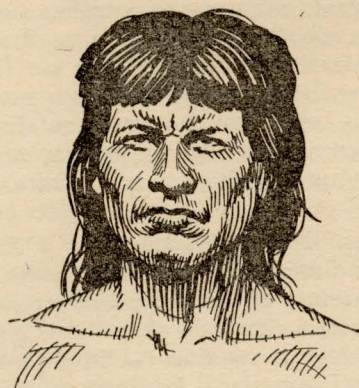
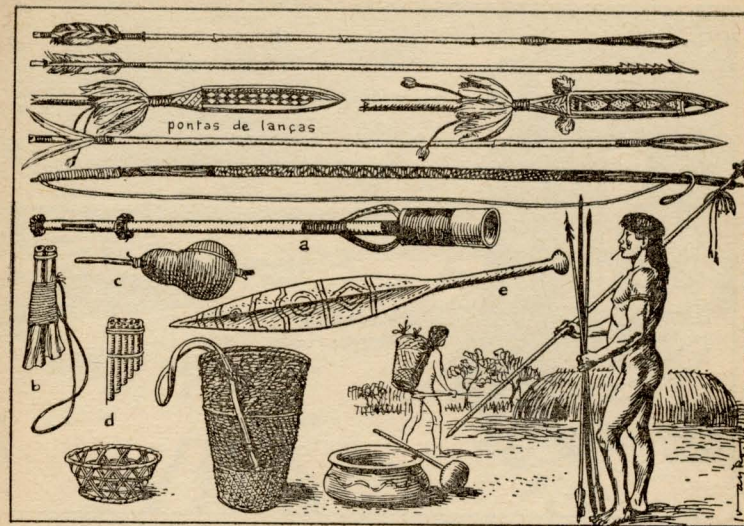
Foi grande a influência do elemento negro na formação cultural do povo brasileiro: no sentimentalismo e na superstição, fruto da crença em deuses primitivos; na linguagem, enriquecida de têrmos africanos; na cozinha, na música e na dança.

Os elementos africanos vindos para o Brasil pertenciam principalmente a dois grupos: *sudanês* e *banto*. Entre os povos africanos, pertencentes em maioria aos grupos acima enumerados, alguns merecem citação: *eghas* — inteligentes, imaginosos, dados ao comércio; *daomeianos* — inteligentes, industriosos, bons trabalhadores; *angolas* — faladores, imaginosos, férteis em recursos e manhas, preferidos para os serviços domésticos e

recusados para os de campo; *minas* — trabalhadores, fiéis e valentes; *haussás* — denominados os judeus africanos, já praticavam uma religião monoteísta — a maometana —, e eram dados ao comércio; *timissis* — inteligentes, fortes, insensíveis à ação enervante dos climas ardentes, *cabindas, congos.*

Embora haja algumas referências à entrada de africanos com Martim Afonso de Sousa (1531), em S. Vicente (1535) e Bahia (1538), os mais antigos documentos registrando presença de negros no Brasil datam de 1551. O número de africanos introduzidos no Brasil, desde o início do tráfico até 1850 — ano de sua extinção —, é desconhecido por falta de dados estatísticos sôbre o assunto.

A participação dos *indígenas* na formação do Brasil foi relativamente pequena. Mesmo no seu aspecto mais importante — a mistura racial com os outros elementos formadores do povo brasileiro — apresenta-se essa participação limitada no espaço — Amazônia e Nordeste — e limitada no tempo — os dois primeiros séculos.

Os indígenas influíram para a melhor adaptação do branco à terra tropical brasileira, ensinando-lhe, pelo exemplo, alguns dos seus usos e costumes mais indicados para debelar a hosti-

*Indígena pertencente ao ramo dos jês.*



*Armas, instrumentos de música e utensílios indígenas. As armas e os utensílios são proporcionais ao porte das figuras que aí aparecem. Assinalados por* a, b, c, d *os instrumentos de música e um remo de pajé por* e.

lidade do meio: dormir em rêdes; uso da farinha e do fumo; navegação em pirogas; fiação do algodão. Contribuíram ainda para o enriquecimento do vocabulário e para a aposição de nomes a numerosos acidentes geográficos brasileiros.

Quatro são os principais grupos indígenas no Brasil: *tupis; jês; caribas e nu-aruaques.*

Embora possuidores de níveis culturais diferentes, os indígenas apresentavam os seguintes característicos comuns: não possuíam escrita: não conheciam o uso dos metais; não usavam animais de carga e de transportes.

Eram, de um modo geral, nômades ou errantes: viviam da caça e da pesca; apenas algumas tribos, mais adiantadas, já praticavam uma agricultura rudimentar e temporária, cultivando a mandioca, o milho, o tabaco.

*Anchieta compondo um poema em Iperoigue. Repare-se o bigode, pois êle assim aparece no mais antigo retrato supositício do "Apóstolo do Novo Mundo", existente numa pintura de teto da Catedral de Salvador, Bahia.*

Eram quase todos fetichistas, certas tribos adoravam as fôrças vivas da natureza: o sol — *coaraci;* a lua — *jaci.*

A família era de base patriarcal, algumas tribos aceitavam a poligamia.

O português utilizou-se do indígena para o trabalho escravo; primeiramente na extração do pau-brasil e na caça a animais característicos do Brasil, depois nos trabalhos agrícolas. O brasilíndio não se adaptava ao trabalho organizado e reagiu fugindo, depredando e assaltando. Entretanto, apesar dessa resistência tenaz, da introdução do escravo africano e da campanha de libertação empreendida pelos *jesuítas,* a escravidão indígena durou até quase o fim do século XVIII. O *Marquês de Pombal* expediu a lei de 1755 determinando a libertação dos indígenas do Maranhão e a de 1758 libertando os do Brasil. (O *Estado do Maranhão* foi criado em 1621 e só incorporou-se ao *Estado do Brasil* em 1774.) Entretanto os abusos prosseguiram e só cessaram quando *D. Maria I* determinou que os indígenas ficassem submetidos ao direito comum (1798).



A ordem dos *jesuítas,* fundada em 1534 por *Inácio de Loiola,* hoje santo da Igreja Católica, prestou grandes serviços na colonização do Brasil; um dos mais importantes dêsses serviços foi certamente a catequização dos indígenas. Nesse trabalho de catequese, ou seja o de ensinar aos silvícolas os ensinamento cristãos e os usos e costumes dos povos civilizados, destacaram-se, entre os numerosos jesuítas que tanto realizaram, *Manuel da Nóbrega* e *José de Anchieta,* êste cognominado o "Apóstolo do Novo Mundo".

*Cabeça de um chefe indígena (camaiurá) empenachado para uma festa.*

# O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Nos anos seguintes ao descobrimento a coroa portuguêsa não manifestou a devida atenção ao Brasil, dedicando-a preferentemente à Índia, onde havia possibilidades mais imediatas de imensas riquezas. Tal, porém, não significa que, durante o reinado de *D. Manuel,* o Venturoso (1495-1521), tivesse o Brasil ficado abandonado: apesar de seu maior interêsse pelo que dizia respeito ao Oriente, Portugal não só enviou algumas expedições para conhecer a nova terra descoberta e outras para proteção da mesma contra incursões estrangeiras, como tomou medidas que demonstram início de colonização, isto é: povoar em maior escala por via dos que eram então chamados *povoadores.* Note-se ainda o significado clássico do têrmo *colônia:* população de um país transplantado para outro, ou a terra que essa gente habita.

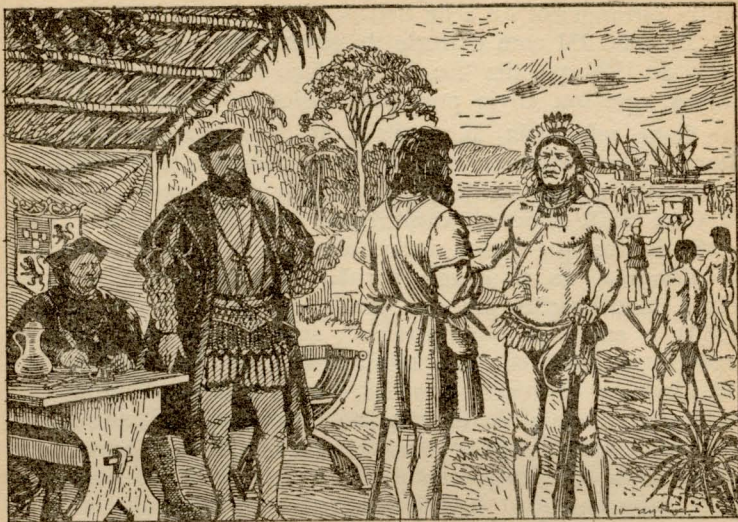
Entre as expedições exploradoras merecem citação a de *Gaspar de Lemos* em 1501 e a de Gonçalo Coelho em 1503. A expedição portuguêsa de 1501 avistou a costa brasileira nas vizinhanças do Cabo S. Roque e seguiu-a até Cananéia, mar fora no rumo sueste, conforme indica o mapa de Cantino, o qual confirma, nessa parte, a narrativa de Américo Vespúcio. Aos acidentes geográficos descobertos foram dados os nomes dos santos dos dias em que se avistaram os mesmos. À expedição de Gonçalo Coelho cabe o mérito de haverem os seus componentes fundado, em Cabo Frio e no Rio de Janeiro, as primeiras feitorias citadas em documento histórico.



A mais importante expedição de policiamento do litoral contra estrangeiros foi a de *Cristóvão Jaques* em 1526, enviado por D. João III com o título de governador: Alvará de 5 de julho de 1526 que diz "Eu, El-Rei, faço saber a Vós, *Cristóvão Jaques,* que ora envio por Governador às partes do Brasil".

Com referência às medidas iniciais tomadas podem-se citar : o arrendamento da terra do Brasil a um grupo de *financistas,* a cuja frente estava *Fernão de Loronha,* cavaleiro da Casa Real e pessoa conceituada em Lisboa (1502); concessão da ilha que tomou o seu nome, a atual ilha de *Fernando de Noronha,* ao já citado Fernão de Loronha, cujo nome sofreu modificações em sua grafia no decorrer dos tempos (1504); o envio da nau "Bretoa", armada por um grupo de capitalistas, entre os quais ainda Fernão de Loronha (1511). Há ainda a capitania que foi doada a *Pero Capico,* cuja localização e data de doação são desconhecidas; entretanto, o alvará acima citado concede autorização a Capico, mediante aliás solicitação sua para êste retirar-se do Brasil em 1526, acrescentando "capitão de uma das capitanias do dito Brasil". Talvez os alvarás de 1516 concedendo vantagens a quem cultivava o açúcar no Brasil refiram-se a Capico, o único titular de capitanias citado em documento oficial antes de 1534, com excessão evidentemente de Fernando de Loronha, sôbre cuja concessão não há dúvida.

Quando morreu D. Manuel, o Venturoso, o Brasil estava só em parte reconhecido e nenhum núcleo de povoação fôra fundado em caráter permanente. O esfôrço para colonização do Brasil começou no reinado de D. João III (1521-1557), rei êsse cuja atenção para com os nossos assuntos admite o cognome que lhe foi adjudicado: o "Colonizador".

A primeira tentativa de colonização efetiva da nova terra consistiu na expedição de *Martim Afonso de Sousa,* da qual resultou a fundação da primeira vila do Brasil: S. Vicente (22-1-1532). A vila de S. Vicente foi fundada na ilha dêste nome, situada no litoral de S. Paulo, e dela derivaram outras vilas que iriam determinar o povoamento da região: *Santo André da Borda do Campo,* no planalto, e *Santos,* que acabou absorvendo S. Vicente.

*Fundação de S. Vicente. Repare-se a indumentária característica da época bem como os móveis tirados de bordo dos navios. Por trás da figura do escrivão, aparece o brasão d'armas de Martim Afonso de Sousa bordado no pano fundo.*

**Capitanias Hereditárias.** — Martim Afonso, explorando o litoral e expulsando franceses dos mares brasileiros, examinou as possibilidades convenientes para o desenvolvimento do Brasil. Enviou o resultado de suas observações a Portugal pelo seu irmão *Pero Lopes de Sousa.* Ficou decidida a instituição do regime de capitanias hereditárias. Para aceitação da idéia do regime de capitanias muito concorreram as sugestões do embaixador *João de Melo de Câmara* e de *Diogo de Gouveia,* residente em Paris e possuidor de prestígio como diretor de importante colégio nessa cidade: ambos mostraram as vantagens da entrega de obrigação à iniciativa particular e Gouveia acrescentava os perigos das incursões francesas à nova terra.



Êsse sistema de colonização oferecia algumas vantagens: não deixava o Brasil abandonado; já fôra empregado com bons resultados nas ilhas portuguêsas do Atlântico; não obrigava a Coroa a novos gastos, ela que já tanto gastara na aventura da Índia.

O documento que dava ao donatário a posse da terra chamava-se *carta de doação;* o que fixava seus direitos e deveres era o *foral.* Por êsses documentos deviam os donatários colonizar e defender os lotes recebidos à sua própria custa; em troca dessas obrigações recebiam alguns privilégios: exercer a justiça; dar sesmarias aos cristãos; escravizar indígenas; deixar a terra em herança aos seus sucessores. À Coroa eram reservados o direito de cunhar moedas, o monopólio do pau-brasil, a percentagem de 20% dos metais e pedras preciosas, ou seja o denominado impôsto do *quinto.*

D. João III, entre 1534 e 1536, criou quatorze capitanias hereditárias, divididas em quinze lotes e distribuídas entre doze *capitães-mores* ou *donatários:* Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, recebeu três capitanias — Itamaracá, Santo Amaro e Santana —, e *João de Barros,* notável historiador português, duas — Maranhão, associado ao navegador Aires da Cunha, e Rio Grande.

Os lotes foram limitados por acidentes geográficos situados no litoral e estendiam-se pelo interior até os limites de Tordesilhas. Os lotes eram de diferentes extensões e essa desigualdade resultava de que não se tinha uma idéia exata da extensão das terras para o interior nem se atendeu devidamente à orientação das costas.

Os donatários seriam em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia e habituadas aos trabalhos da conquista de terras desconhecidas: tomavam o título perpétuo de capitão-mor e governador de sua capitania.

Duas capitanias prosperaram acentuadamente: *S. Vicente,* doada a Martim Afonso de Sousa e *Pernambuco,* atribuída a Duarte Coelho.

Martim Afonso de Sousa, do Conselho d'El Rei e que ao receber o comando da expedição de 1531 tivera o título de "Governador das Terras do Brasil", não chegou a

participar dos trabalhos de colonização da sua capitania, pois já se havia retirado para a Europa quando os referidos trabalhos começaram. O padre Gonçalo Monteiro e João Ramalho, um dos primeiros habitantes do Brasil, souberam dirigir a capitania, que muito prosperou com a cultura do açúcar, do arroz e do trigo. Duarte Coelho, enérgico, prudente e capaz, que já conquistara renome na Índia, conduziu com êxito a capitania de Pernambuco, por êle denominada *Nova Lusitânia:* venceu a hostilidade dos indígenas, fundou *Olinda* e fêz progredir a agricultura, principalmente a do açúcar; aproveitou a proximidade da Europa para desenvolvimento do comércio.

As outras capitanias não deram os resultados que seriam desejados: umas, por infelicidade e má administração de seus donatários; outras, por indisciplina dos colonos e de indígenas; algumas mesmo não foram ao menos inicialmente colonizadas.

Se houve malôgro de muitas capitanias não houve, entretanto, malôgro do sistema, pois, com a sua instituição, a Colônia prosperou de algum modo e alcançou o objetivo visado: o incremento da colonização. A História do Brasil, no século XVI, elaborou-se em locais onde foram criadas capitanias: Itamaracá, Pernambuco, Bahia, S. Amaro e S. Vicente.

Apesar da vantagem acima citada — o incremento de colonização —, o regime de capitanias demonstrara não ser o mais indicado para promover o progresso rápido da colônia — em vinte anos as capitanias não possuíam mais de três mil colonos — e além disso viviam quase tôdas em grandes dificuldades. Por todos êsses motivos e atendendo talvez à solicitação de socorro enviada a D. João III por *Luís de Góis,* irmão do historiador *Damião de Góis* e de *Pero de Góis,* donatário de São Tomé, ficou deliberada a instauração de um novo sistema de colonização e administração do Brasil: o govêrno geral.

## OS TRÊS PRIMEIROS GOVERNADORES GERAIS

O sistema de capitanias mostrou ao rei D. João III a necessidade da instauração de uma nova forma de administração e colonização do Brasil: o *govêrno geral.* Essas modificações administrativas foram determinadas pelo desconhecimento que os povos ocidentais tinha da colonização de regiões tropicais, até então consideradas impróprias à vida humana, e pela vastidão da nova terra, quase totalmente desconhecida ainda. Passando do sistema de capitanias hereditárias ao de um govêrno geral, isto é, saltando de um extremo a outro, não conseguira ainda o govêrno português harmonizar as vantagens de uma centralização diretora com as de uma descentralização operadora.

Se era difícil governar-se de Portugal a colônia longínqua numa época em que a travessia do Atlântico constituía uma emprêsa de vulto e se por êsse lado convinha dividir-se o território do Brasil em governos autônomos, de modo que, restringida a menor campo, pudesse a ação de cada govêrno ser mais eficaz e fecunda, por outro lado as dificuldades cresceriam pelos choques. A reversão das Capitanias à Coroa (1540) antecedeu de anos a centralização. Com êsse intuito foi instituído em 1549 o Govêrno Geral no Brasil, com sede na cidade do Salvador na Bahia.

Para instalação da sede do govêrno, D. João III comprou a capitania da Bahia aos descendentes do seu capitão-mor Francisco Pereira Coutinho, que havia morrido tràgicamente: ao regressar da capitania de Pôrto Seguro para a sua, em companhia de Diogo Álvares, o navio em que viajava encalhou



nos recifes de Itaparica e êle foi trucidado pelos tupinambás, que pouparam apenas o Caramuru (1547).

Diogo Álvares era um náufrago que se abrigara no litoral baiano e se tornara influente entre os indígenas, facilitando assim a colonização do Brasil. Diogo Álvares recebeu o apelido de Correia da boa linhagem dos Correias de Viana do Minho e o seu apelido selvagem passou a ser *Caramuru-açu,* que significa dragão saído do mar. Diogo Álvares vivia, ao que parece, desde 1510 entre os indígenas e casou-se com a filha de um cacique chamada *Paraguaçu* — grinalda ou coroa grande em português. O cronista padre *Simão de Vasconcelos* foi o primeiro a introduzir em nossa História a legenda de Caramuru.

Alguns cargos foram criados pela Coroa para auxiliar o governador geral em sua administração: o *ouvidor geral,* incumbido de aplicar a justiça; *provedor-mor da fazenda,* com atribuições financeiras; *capitão-mor da costa,* encarregado da defesa militar da colônia.

**Tomé de Sousa.** — O primeiro governador geral do Brasil foi Tomé de Sousa, que chegou em março de 1549, trazendo 600 homens de armas, 400 degredados e 6 padres jesuítas, chefiados êstes por *Manuel da Nóbrega,* que se devotou à obra religiosa e administrativa da Colônia.

Tomé de Sousa deu início aos trabalhos de fundação da cidade do Salvador, tendo sido muito auxiliado por Diogo Álvares, o Caramuru. Em seu govêrno o Brasil foi elevado à categoria de bispado, tendo sido o primeiro bispo da nossa terra *D. Pero Fernandes Sardinha.*

O governador incentivou a cultura do açúcar e mandou vir, em troca de pau-brasil, gado das ilhas de Cabo Verde. Realizou ainda frutuosa viagem às capitanias do sul, tendo ficado verdadeiramente deslumbrado com a baía de Guanabara. Retirou-se do govêrno em 1553.

**Duarte da Costa.** — Tomé de Sousa foi substituído por *Duarte da Costa,* que trouxe em sua companhia alguns jesuítas, entre os quais o então noviço *José de Anchieta,* que mereceria depois o cognome de "Apóstolo do Novo Mundo", por motivo de seu grande trabalho de catequese.

*Retrato de Tomé de Sousa baseado em descrições do seu tipo. A indumentária é a que aparece nos "Retratos dos Governadores da India". Ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa.*

O govêrno de Duarte da Costa foi prejudicado pelas revoltas dos indígenas em vários pontos do Brasil e por divergências entre colonos e padres: os padres não queriam aceitar os abusos e excessos que os colonos muitas vêzes praticavam. O fato lamentável consistiu na luta entre o filho do governador, *D. Álvaro da Costa,* e o bispo Pero Fernandes. Nessa disputa que apaixonou a colônia, caracterizavam-se: D. Álvaro, pelos excessos que cometia; o bispo, pela veemência com que censurava êsses excessos. A divergência terminou em tragédia: quando o bispo se dirigia para Lisboa a fim de explicar os acontecimentos do Brasil, seu navio naufragou no litoral de Alagoas e todos pereceram trucidados pelos *caetés.*

Ainda no pouco afortunado período governamental de Duarte da Costa verificou-se a invasão dos franceses no Rio de Janeiro (1555). O fato mais auspicioso do seu govêrno foi a fundação, pelos jesuítas, da cidade de S. Paulo (25 de janeiro de 1554).

**Men de Sá.** — Men de Sá realizou obra meritória: exigiu e obteve moralidade dos colonos; apaziguou as ordens religiosas em divergência; pacificou os *tamoios* aproveitando a dedicação e o espírito de sacrifício dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta; incentivou a criação do gado e a cultura do açúcar.



*Men de Sá — Retrato supositicio, com os trajes exatamente de acôrdo com os usados na época.*

O fato mais importante do seu govêrno consistiu, porém, na expulsão dos franceses da baía de Guanabara e na fundação da cidade do Rio de Janeiro. Morreu em 1572 como governador geral do Brasil.

Tomé de Sousa e o padre Manuel da Nóbrega tornaram-se os fundadores do Brasil. Por mais de vinte anos foi a nova terra homogêneamente administrada por três estadistas capacíssimos a serviço do mesmo ideal. De 1549 a 1553 Tomé de Sousa e Nóbrega laboraram juntos; em 1558 Men de Sá iniciou sua tarefa de reger a terra de acôrdo com Nóbrega, até a morte dêste em 1570. Dois anos depois ainda em seu pôsto, apesar dos pedidos feitos a Lisboa para sua substituição, o terceiro governador deixava de existir.

Malgrado a capacidade dos homens que enviou para administrar o Brasil, o govêrno português, compreendendo que a vastidão do território e o desconhecimento incompleto do mesmo dificultavam o trabalho de coordenação de um só homem, resolveu adotar a solução de estabelecer dois governos gerais, um com sede em Salvador e com jurisdição nas capitanias do Norte a contar da Bahia, e outro com sede na cidade do Rio de Janeiro e jurisdição sôbre as capitanias do Sul. O sistema de govêrno, ora uno ora duplo, caracterizou a série até o último governador geral, que veio já com o título de Vice-Rei do Brasil em 1640.

# OS FRANCESES NA GUANABARA E A FUNDAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A França, nos anos seguintes ao descobrimento do Brasil, manifestou interêsse pelas riquezas da nova terra: navegantes franceses faziam intenso contrabando de pau-brasil, mantendo intercâmbio com os indígenas. Finalmente, já no govêrno de Duarte da Costa, pretenderam estabelecer-se em caráter permanente no Brasil, fundando uma colônia. Aliás o interêsse francês pelas emprêsas marítimas era já antigo. Provam-no as constantes atividades dos armadores e negociantes dos portos de *Dieppe* e *Honfleur,* cujos navios muitos prejuízos deram aos espanhóis e portuguêses. Afirma-se mesmo terem os mercadores de Dieppe, onde o padre Descalier criara uma escola em que ensinava a teoria da navegação, fundado uma associação comercial que financiou a viagem de exploração de *Jean Cousin,* hábil marinheiro e bravo soldado, além de negociante. Cousin teria sido predecessor de Colombo e precursor de Vasco da Gama, pois em sua viagem (1488-1489) teria aportado a uma terra desconhecida junto à embocadura de um rio imenso, que seriam respectivamente o Brasil e o Amazonas. Essa viagem, à luz dos documentos conhecidos, não está, entretanto, provada.

Outras expedições também merecem citação: a do navio "La Pèlèrine" que, em seu regresso a Marselha, já no litoral africano, foi aprisionada, levada para Lisboa e teve sua carga



confiscada (1532); a expedição que levou cinqüenta tupinambás a Ruão, onde, perante o rei Henrique II, os indígenas representaram cenas demonstrativas de suas habilidades em combates e danças (1550).

Além dessas expedições mercantis, pode-se citar outra de exploração científica, a de *Guilherme de Testu,* que aqui veio em companhia do cosmógrafo e padre franciscano *André Thevet* entre 1550 e 1552, a quem devemos o Atlas que tem o seu nome e no qual figuram a enseada da Guanabara, no mesmo denominada *Rio de Geneure,* e as ilhas que a povoam.

O local escolhido para a instalação da nova colônia, que teve o nome de *França Antártica,* foi a baía de Guanabara, onde ficam atualmente as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. A França Antártica, além do grande valor econômico que teria para os franceses, poderia servir também de asilo para os perseguidos das guerras religiosas na metrópole.

O chefe da expedição foi *Nicolau Durand de Villegagnon,* marinheiro experimentado e corajoso, e cujos múltiplos títulos, bem como as missões que exerceu e as amizades que obteve nos mais variados ambientes, demonstram as qualidades que possuía. Vice-almirante da Bretanha, Senhor de Torcy, Marquês de Villegagnon, tais os títulos que conquistou; capitão das campanhas de Argel e embaixador junto a Solimão II foram algumas das importantes missões que recebeu; desfrutou a amizade do católico cardeal de Lorena e do protestante almirante Coligny.

Os franceses, cujos planos haviam sido aprovados pelo rei, chegaram em novembro de 1555 e estabeleceram-se primeiramente na ilha da *Laje;* transferiram-se depois para uma outra de maior extensão — Serigipe —, que recebeu o nome de Villegagnon e onde levantaram um forte.

Auxiliados pelos tamoios, os franceses fizeram grandes plantações, o que determinou o progresso da colônia. Êsse progresso, entretanto, foi prejudicado por constantes divergências religiosas entre os próprios franceses, divergências essas que desagradaram Villegagnon, que se retirou do Brasil e deixou na chefia o seu sobrinho *Bois le Comte.* Bois le Comte chegara ao Brasil em 7 de março de 1557, com refôrço de três navios e em

companhia de alguns missionários calvinistas, entre os quais o borgolês *Jean de Lery,* autor do livro "História de uma viagem feita à Terra do Brasil", obra interessante a respeito da expedição de Villegagnon e que é a segunda publicada sôbre o Brasil: a primeira foi a do alemão Hans Staden, cujo navio naufragou em nosso litoral, e que se intitula "O meu cativeiro entre os selvagens do Brasil".

Sòmente na administração de Men de Sá é que os portuguêses tiveram recursos suficientes para a tentativa de expulsão dos invasores. A primeira expedição teve a chefia do próprio governador, bem como o auxílio dos padres jesuítas e do 2.º bispo do Brasil, *D. Pedro Leitão.*

Em março de 1560 teve início o assalto ao forte, o qual durou 48 horas e terminou com a vitória dos portuguêses. Men de Sá arrasou as fortificações, mas não ocupou a região, retirando-se para S. Vicente, o que permitiu o regresso dos franceses às suas primitivas posições: ficou assim inútil a vitória dos portuguêses.

**Fundação do Rio de Janeiro.** — Para expulsão dos franceses e ocupação definitiva da Guanabara, foi organizada uma nova expedição, cujo comando coube a *Estácio de Sá,* sobrinho do governador. Estácio de Sá trouxe uma pequena esquadra da metrópole e recebeu reforços de S. Vicente e do Espírito Santo.

A 1.º de março de 1565, Estácio de Sá desembarcou na restinga existente entre os morros *Cara de Cão* (hoje *S. João*) e o *Pão de Açúcar,* e aí estabeleceu imediatamente uma povoação: estava assim fundada a atual cidade do Rio de Janeiro. Protegeu-a com uma cêrca provida de canhões, levantou a Casa da Câmara, fêz construir casas de moradia e deu início à plantação.

Resistiu nesse povoado, durante dois anos, aos assaltos dos franceses e dos tamoios, seu aliados. Finalmente, recebendo reforços de Men de Sá, a 20 de janeiro de 1567, venceu os franceses em locais que hoje são a praia do Flamengo e a ilha do Governador: os invasores derrotados retiraram-se.



Depois da vitória, a 1.º de março de 1567, Men de Sá transferiu a sede da cidade para o morro de S. Januário, também chamado morro do *Castelo* e do *Descanso,* em excelente posição para vigilância da baía de Guanabara, dificultando dêsse modo o êxito de qualquer ataque vindo de fora. A palavra "guanabara" é de origem tupi: segundo uns autores significa "seio do mar", "parecido com o rio"; segundo outros "braço do mar".

No local da nova sede da cidade Men de Sá fêz construir o Palácio do Governador, a Casa da Câmara, a Alfândega e habitações para os colonizadores. Nomeou para governador da cidade de *São Sebastião do Rio de Janeiro* o seu sobrinho *Salvador Correia de Sá.* Estácio de Sá, ferido no rosto por uma flecha envenenada, morreu um mês após o combate.

Araribóia, — "cobra que nasce ou se cria na água" em tupi —, o valente chefe temiminó que tanto ajudara na luta contra os franceses, recebeu, em recompensa dos seus serviços, uma sesmaria localizada no lado da baía fronteiro à nova cidade: aí fundou o núcleo inicial da futura *Niterói,* que em tupi significa "água escondida, água oculta".

## O DOMÍNIO ESPANHOL: OS HOLANDESES NO BRASIL, OS FRANCESES NO MARANHÃO. EFEITOS DA GUERRA DE SUCESSÃO DA ESPANHA: OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO

A Espanha foi, no século XVI (1501-1600), um dos países mais poderosos da Europa. Êsse poderio atingiu acentuado relêvo nos reinados de Carlos I e Filipe II. Carlos I de Espanha e que ostentou também o título de Carlos V da Alemanha, foi o 1.º rei da dinastia da Casa da Áustria, neto e sucessor dos "reis católicos" Fernando de Aragão e Isabel de Castela. No seu reinado teve lugar a 1.ª viagem de circunavegação feita por Fernão de Magalhães, português a serviço da Espanha. Filipe II, filho de Carlos I, desejava ser considerado o defensor do catolicismo e daí as perseguições que mandou fazer aos seguidores de outras religiões. Entre os perseguidos figuravam os seus súditos holandeses que se revoltaram finalmente contra os espanhóis e proclamaram a independência de sua terra natal. Houve então guerra entre holandeses e espanhóis.

Na mesma época em que tinha início a guerra de independência da Holanda, importantes acontecimentos modificavam a situação de Portugal. Em 1578 o jovem rei D. Sebastião morreu em luta contra os mouros, na batalha de *Alcacerquibir,* em África. Foi substituído por seu velho tio-avô, cardeal *D. Henrique,* que faleceu dois anos depois sem deixar descendentes. Entre os vários candidatos ao trono vago destacou-se o rei da



Espanha *Filipe II,* neto de D. Manuel. O rei espanhol, dispondo de muitos recursos, impôs-se aos portuguêses e foi aclamado rei de Portugal: começava assim a denominada *União Ibérica* (1580-1640).

O Brasil lucrou com a união de Portugal e Espanha porque dela resultou a virtual anulação do Tratado de Tordesilhas, permitindo que fôsse quase triplicada a sua superfície territorial; além disso os espanhóis não interferiram na administração de Portugal e suas colônias, o que constituiu outra vantagem para o Brasil. Assim tivemos os prejuízos temporários resultantes da ação militar dos inimigos que a Espanha já possuía no cenário internacional, com os ataques esporádicos dos inglêses ao longo do litoral e com as tentativas de holandeses e franceses em se estabelecerem definitivamente na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, respectivamente.

**Invasões holandesas.** — Até a União Ibérica os holandeses costumavam distribuir o açúcar vindo do Brasil pela Europa e com isso tinham muitos lucros. Os holandeses exerciam como principal atividade o comércio marítimo e dispunham de bastante dinheiro, principalmente depois que a sua terra serviu de asilo a perseguidos de diversas religiões: protestantes fugidos da França e judeus expulsos de Portugal e Espanha. O rei Filipe II proibiu que os navios holandeses tocassem em portos de Portugal e isso significava o fim do comércio do açúcar. Resolveram então os holandeses, anos depois dessa proibição e após algumas expedições de apresamento de mercadoria ao longo do litoral, conquistar a terra que produzia o açúcar: organizaram para tal, em 1621, a *Companhia das Índias Ocidentais.*

**Primeira invasão.** — A primeira invasão teve lugar a 9 de maio de 1624, quando chegaram à Bahia numerosos navios, transportando tropas de desembarque, sob o comando geral de *Jacob Willekens;* como comandante dessas tropas e futuro governador das regiões conquistadas veio *Joan van Dorth.*

O governador geral, *Diogo de Mendonça Furtado,* havia recebido aviso sôbre a invasão, mas, como houvesse demora na

chegada dos invasores, não acreditou na veracidade do aviso recebido e dispensou os reforços que havia solicitado: assim não pôde resistir, foi prêso e remetido para Holanda.

A cidade do Salvador foi tomada pelos holandeses, que logo ficaram senhores da situação; entretanto, no interior, os brasileiros organizaram a resistência pensando na reconquista da cidade: o herói da resistência foi o velho bispo D. *Marcos Teixeira.*

A indisciplina tornou difícil a situação dos holandeses invasores, que sofreram golpes desferidos pelos patriotas brasileiros, que não queriam aceitar o domínio estrangeiro.

A Espanha resolveu finalmente agir enviando uma esquadra para atacar e expulsar os holandeses. Essa esquadra veio sob o comando de *D. Fradique de Toledo Osório* e seus componentes logo puseram cêrco à cidade por mar e terra, desembarcando tropas de ocupação. Os holandeses renderam-se a 30 de abril de 1625, retirando-se para a Europa.

**Segunda invasão.** — Não havendo conseguido êxito em sua primeira tentativa, os holandeses pensaram então na conquista de Pernambuco, o maior centro produtor de açúcar que havia no Brasil. *Matias de Albuquerque* era o governador de Pernambuco e em vão solicitou ao govêrno de Madri elementos suficientes para resistir ao invasor.

Em 13 de fevereiro de 1630 apareceu em Pernambuco uma numerosa esquadra, composta de 70 navios, provida de mais de mil bôcas de fogo e transportando numerosas tropas de desembarque. Conseguindo fixar-se em terra, os holandeses apossaram-se sucessivamente de Olinda e Recife, apesar da resistência dos seus defensores.

O governador Matias de Albuquerque, sem desanimar, retirou-se para o interior e aí fundou o famoso núcleo da resistência pernambucana: o *Arraial de Bom Jesus.* Conhecedores da terra, os brasileiros empregaram o sistema de guerrilhas, realizando constantes emboscadas contra os invasores, que não se sentiam seguros em suas posições. Além de Matias de Albuquerque destacaram-se entre os guerreiros brasileiros o índio *Antônio Filipe Camarão* e o negro *Henrique Dias.*



Com o sistema de guerrilhas os pernambucanos mantinham-se firmemente contra os holandeses, que já demonstravam certo desânimo. Eis, porém, que um acontecimento veio provocar grande modificação na luta: a passagem para as fileiras do invasor de Domingos Fernandes Calabar, exímio conhecedor da região e do sistema de guerrilhas.

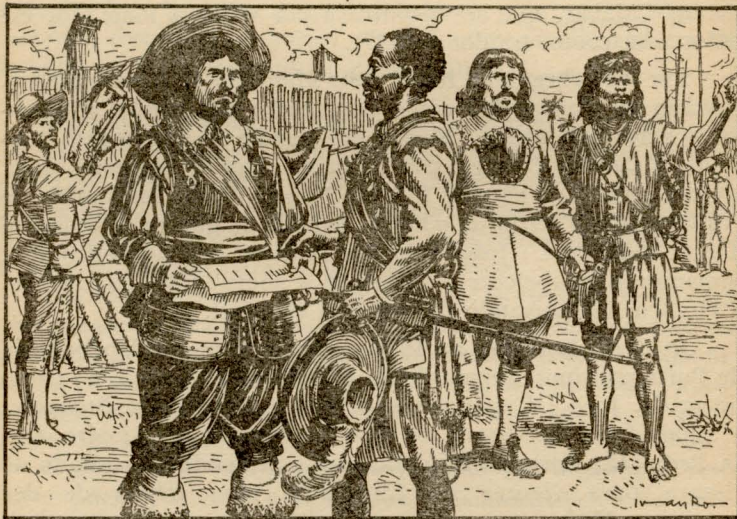
Com a atitude de Calabar os holandeses conquistaram repetidas vitórias, que culminaram com a conquista do Arraial de Bom Jesus. Nessa difícil emergência Matias de Albuquerque chefiou a retirada para Alagoas de todos os que não se queriam submeter ao domínio holandês. Essa retirada, que chegou a bom têrmo, efetuou-se em meio das maiores dificuldades e tôda sorte de sacrifícios e privações que afligiram combatentes, velhos, mulheres e crianças. Em Pôrto Calvo os brasileiros aprisionaram Calabar, que se encontrava em visita à mãe: foi êle enforcado como traidor (1635).

Em 1637 chegou ao Brasil *João Maurício de Nassau Sièg*en, enviado da Companhia como governador das regiões conquistadas pelos holandeses. Nassau era alemão de nascimento, mas ligado à *Casa de Orange.* família principesca de Holanda, dada a sua condição de neto de João de Nassau, irmão mais môço de *Guilherme,* o *Taciturno,* o herói nacional da guerra de independência holandesa. João Maurício realizou boa administração, procurando estabelecer a ordem e a moralidade na colônia, e também incentivando o progresso material.

A 1.º de dezembro de 1640 restabelecia-se a independência de Portugal, com a separação da Espanha e a ascensão ao trono do rei D. João IV, que assim iniciava a dinastia de *Bragança,* a qual daria ao Brasil os dois soberanos: *D. Pedro I* e *D. Pedro II.* Portugal concluiu com a Holanda um tratado de aliança para vigorar na Europa e uma trégua de dez anos na colônia: essa trégua nunca foi executada pelas duas partes — os holandeses porque continuaram suas conquistas, os portuguêses porque apoiaram a revolta dos pernambucanos.

A retirada de Nassau em 1644 mostrou aos brasileiros que os holandeses visavam mais a exploração do Brasil que a promoção do progresso. À inevitável conclusão deve ser acres-

centado o espírito nacionalista dos brasileiros: tais são as causas da famosa *Insurreição Pernambucana*.

**Insurreição Pernambucana.** — Teve início em 1645, quando era governador geral *Antônio Teles da Silva*, que ajudou secretamente os rebeldes, prestando contribuição valiosa à campanha de expulsão dos invasores. A revolta foi iniciada pelo paraibano *André Vidal de Negreiros*, o índio *Filipe Camarão* e o negro *Henrique Dias*. Vidal de Negreiros conseguiu o apoio de um rico português, *João Fernandes Vieira*, que fôra amigo dos holandeses. Vieira foi escolhido chefe da insurreição, cuja divisa ficou sendo "Deus e Liberdade".

*Cena em que aparecem João Fernandes Vieira, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros e Filipe Camarão. No segundo plano observa-se a cêrca de uma fortaleza com suas guaritas. A vestimenta de Camarão está conforme uma pintura de Ekhout.*



Os insurgentes obtiveram vitórias importantes: a do monte das *Tabocas* (1645) e as duas de *Guararapes*, uma em 1648 e outra em 1649, foram as mais importantes.

Os holandeses, derrotados e sem auxílio da Europa, retiraram-se do Brasil em janeiro de 1654, após haverem assinado a capitulação da *Campina da Taborda*.

É razoável acreditar-se que se os holandeses houvessem conseguido manter-se na região que dominaram temporàriamente e que, em certa ocasião, se estendia do Maranhão à foz do S. Francisco, o Brasil não teria a expressão política que hoje ostenta e talvez não constituíssemos a grande Pátria unida que somos.

**Ataques inglêses.** — As incursões armadas dos inglêses constituíram episódios da luta que alguns países europeus fizeram contra o monopólio comercial estabelecido por Portugal e Espanha em relação a suas colônias. O pôrto de Lisboa era o grande empório comercial da Europa referentemente a produtos coloniais, que eram distribuídos às demais nações do continente por holandeses e inglêses. Após 1580 os reis espanhóis forçaram a proibição de tão próspero comércio e daí a presença no litoral brasileiro de navios ostentando bandeiras de países inimigos da Espanha.

Os inglêses, por exemplo, limitaram-se a assaltos de corsários e piratas contra o litoral brasileiro. A primeira incursão inglêsa foi efetuada em Santos por *Eduardo Fenton*, que foi repelido (1583); também malogrou a de *Robert Withrington* contra a Bahia (1587). No dia de Natal de 1591 três navios da esquadra de *Tomás Cavendish*, que em 1587 tinha circunavegado o globo, saquearam a cidade de Santos. Em 1595 uma frota armada pela própria Municipalidade de Londres e comandada por *Jaime Lancaster* ocupou Recife, onde sofreu perdas na luta contra os habitantes, mas apoderou-se de numerosas riquezas.

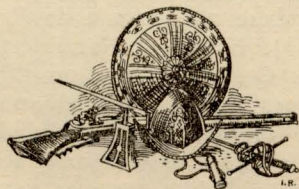
**Incursões francesas.** — Além da expedição de 1555, da qual resultou a fundação da *França Antártica* na baía de Guanabara, os franceses fundaram, em 1612, uma colônia no litoral

do Maranhão, a que denominaram *França Equinocial*. O chefe da colônia, cuja fundação *Maria de Medicis*, regente da França em nome do seu filho Luís XIII, aprovou, foi *Daniel de La Touche*, Senhor de *La Ravardière*.

Os franceses fundaram, na ilha de *Upaonmeri*, mais tarde Santana do Maranhão, a povoação de S. Luís, e entraram em contacto com os indígenas.

Não tardou a reação dos portuguêses, e a 2 de novembro de 1615, não podendo mais resistir às fôrças de *Alexandre de Moura*, os franceses retiraram-se para Europa.

No século XVIII, por ocasião da *Guerra de Sucessão da Espanha*, da qual Portugal participou ao lado da Inglaterra e contra a França e a Espanha, o Brasil foi atacado em duas oportunidades por corsários franceses.

Em 1710 *Duclerc* atacou o Rio de Janeiro, mas foi derrotado e aprisionado: capitulou diante das tropas improvisadas estudantis chefiadas por Bento Amaral Coutinho e paisanos dirigidos por Frei Francisco de Meneses. Em 1711 empresários franceses armam nova esquadra, composta de 18 navios, com 340 canhões e trazendo 4.000 homens de desembarque para novamente atacar o Rio de Janeiro; no seu comando vinha o corsário *Duguay Trouin*. Essa expedição saqueou a cidade, da qual só se retirou após receber elevado resgate, o qual constou de 600.000 cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois.

*Conjunto de armas do século XVII (ao tempo das invasões holandesas) vendo-se: uma rodela (escudo redondo), um mosquete de roda com polvarinho e um cartucho, uma espada "rapiera" e um capacete do tipo espanhol chamado morrião.*



# A EXPANSÃO TERRITORIAL DO BRASIL: ENTRADAS E BANDEIRAS

As *entradas* foram expedições quase sempre de iniciativa oficial, promovidas pelos governadores ou capitães-mores, e não ultrapassaram os limites fixados pelo *Tratado de Tordesilhas*. As entradas, além do conhecimento do interior, tinham os seguintes objetivos: procura do ouro e de pedras preciosas; aprisionamento de indígenas.

Alguns autores aceitam que a primeira entrada tenha sido a de *Américo Vespúcio* em 1504, na região de *Cabo Frio*. Conhecem-se depois as efetuadas por integrantes da expedição colonizadora de *Martim Afonso de Sousa* em 1531.

As entradas abrangem quatro ciclos: baiano, sergipano, cearense e espírito-santense. As mais importantes entradas foram algumas do *ciclo baiano*. — *Bruza Espinosa, Antônio Dias Adôrno* e *Gabriel Soares* —, tôdas oficiais, isto é, organizadas por autoridades governamentais.

A entrada do espanhol Bruza Espinosa, egresso das minas do Peru, foi organizada por Tomé de Sousa e iniciada em 1554, já na administração de Duarte da Costa; dela fêz parte o jesuíta *Azpilcueta Navarro*. Percorreu 350 léguas pelos sertões da Bahia e Minas Gerais. Men de Sá, em 1560, disse ser Espinosa "grande língua, homem de bem, de verdade e de grande espírito".

*Antônio Dias Adôrno*, neto de Caramuru segundo o historiador Frei Jaboatão, realizou em 1574 uma entrada por ordem do governador Luís de Brito e Almeida. Levando 150 portuguêses e 400 gentios indígenas e africanos, além de dois jesuítas, Adôrno, que tinha como objetivo atingir a zona norte do rio

Doce, trouxe de volta amostras de pedras preciosas, julgadas esmeraldas e safiras, mas naturalmente turmalinas e ametistas.

*Gabriel Soares,* autor de um dos primeiros livros escritos sôbre a nossa terra, o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587,* morreu na região do Paraguaçu, após haver largamente explorado o sertão.

*Martim Carvalho,* em 1569-1570, cuja expedição foi narrada por *Pedro Magalhães Gandavo,* historiador autor da *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil,* explorou a mesma região que Espinosa visitara e voltou pensando trazer grãos de ouro.

*Vasco Rodrigues Caldas,* que se distinguira por sua experiência no conhecimento dos assuntos da nova terra e pela sua eficiência no combate à indisciplina dos indígenas, empreendeu, em 1561, com autorização de Men de Sá, uma viagem pelo vale do Paraguaçu em busca de minas de ouro.

No *ciclo sergipano* destacou-se Belchior Dias Moréia, também neto de Caramuru, que pretendeu haver descoberto minas de prata na região do S. Francisco: alguns autores atribuem essa descoberta ao seu filho *Robério Dias,* mas a localização das mesmas não foi revelada por êles.

Do *ciclo cearense* salientaram-se as tentativas, aliás malogradas, de *Pero Coelho de Sousa* (1605) e a dos jesuítas *Francisco Pinto* e *Luís Figueira* (1607), o primeiro dos quais morto pelos tapuias. Tais expedições, entretanto, iriam facilitar o povoamento do Ceará, que foi iniciado por *Martim Soares Moreno,* participante de expedição de Pero Coelho e durante a qual adquirira grande prestígio entre os brasilíndios. Martim é o "guerreiro branco" por quem se apaixonou "Iracema", a índia celebrizada no romance de José de Alencar.

O *ciclo espírito-santense* caracterizou-se pela procura das esmeraldas, cujas jazidas, segundo acreditavam na época, se encontravam em uma serra do atual território do Espírito Santo. Em busca dessa serra partiram algumas expedições no decorrer do século XVII. A principal foi a de *Marcos de Azevedo,* que explorou o sertão pelo curso do rio Doce, e afirmou haver atingido o local das esmeraldas. Não revelou o lugar das jazidas, apesar de haver sido encarcerado por tal recusa.



As *bandeiras* foram quase sempre de iniciativa particular e ultrapassaram, tôda vez que tal foi possível, os limites de Tordesilhas. Essa distinção entre entrada — oficial, e bandeira — particular, não pode ser afirmada de forma peremptória, pois houve entradas espontâneas e bandeiras oficializadas.

As bandeiras paulistas constituíram fator preponderante da configuração geográfica do país e o primeiro movimento brasileiro de povoamento do solo e de formação da raça. As bandeiras partiram inicialmente de S. Vicente; mais tarde S. Paulo, Taubaté, Itu e Sorocaba também formaram importantes expedições bandeirantes.

As bandeiras tiveram variadas diretrizes: regiões do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e regiões do nordeste e norte. O movimento das bandeiras abrange três ciclos: o *do ouro de lavagem,* que é o encontrado nos leitos dos rios; o *da caça ao índio,* o *do ouro das minas,* que é o *grande ciclo do ouro* e *dos diamantes.*

O *ciclo do ouro de lavagem* processou-se principalmente na zona litorânea, máxime no território do atual estado do Paraná. Teve início em S. Paulo quando, em 1559, por ordem de Men de Sá, *Brás Cubas,* o fundador de Santos, organizou duas bandeiras para procura de ouro.

A descoberta do ouro de lavagem, na costa meridional de S. Paulo e no Paraná, foi devida à bandeira chefiada por *Heliodoro Eobanos,* que verificou a existência de jazidas em Iguape, Paranaguá e Curitiba. Em 1590 *Afonso Sardinha,* o *Velho,* acompanhado de seu filho, *Afonso Sardinha,* o *Môço,* descobriu ouro de lavagem em Jaraguá e Ivuturuna.

Em 1601, por ordem do governador Francisco de Sousa, partiu a expedição comandada por *André de Leão,* da qual fêz parte o holandês *Glimmer,* o qual forneceu o roteiro seguido a *Piso* e *Marcgrave,* os cientistas que acompanharam Nassau ao Brasil e autores de "História Naturalis Braziliae".

A mais importante bandeira dêste ciclo foi a de *Fernão Dias Pais,* que explorou, durante sete anos, o sertão de Minas Gerais em procura das esmeraldas. Na viagem de regresso,

Domingos Jorge Velho. O bandeirante com um gibão de couro sôbre a véstia e trazendo uma pistola à cinta e um arcabuz na mão.

morreu no local denominado *Sumidoro,* à margem do rio das Velhas, trazendo em lugar das esmeraldas pedras sem valor comercial. É o símbolo dos bandeirantes, tendo sido sua aventura assunto do poema "O caçador de esmeraldas" de Olavo Bilac.

O ciclo da caça ao índio inclui o maior bandeirante, que foi sem dúvida *Antônio Rapôso Tavares.* Tavares iniciou suas atividades partindo em 1629 para atacar as missões jesuíticas do Rio Grande do Sul, fundada em 1620 a 1.ª das sete da margem oriental do Uruguai e denominada S. Nicolau pelo padre Roque Gonzalez, autor da mais antiga descrição do Rio Grande do Sul. As demais assim se denominaram: S. Luís, S. Lourenço, Santo Ângelo, S. João, S. Miguel e São Borja. Chegou até aos Andes peruanos alguns anos mais tarde; estêve dez anos no sertão e foi o bandeirante que percorreu maior extensão territorial. Entre os outros bandeirantes do ciclo da caça ao índio podem ser citados: *Bartolomeu Bueno da Silva,* o *Anhangüera* dos indígenas, e *Domingos Jorge Velho,* que dominou o núcleo dos escravos negros fugitivos na serra da *Barriga,* nas Alagoas.

O centro irradiador do *grande ciclo do ouro* e *dos diamantes* foi a cidade de Taubaté. Citam-se nêle os seguintes bandeirantes: *Garcia Rodrigues Pais,* filho de Fernão Dias, que encontrou outro em Minas Gerais (1690); *Antônio Dias de Oliveira,* que descobriu as jazidas de Ouro Prêto (1698); *Manuel Borba Gato,* genro de Fernão Dias que encontrou os depósitos de Salvador (1700); *Pascoal Moreira Cabral,* que encontrou o primeiro ouro de Cuiabá (1719); *Bartolomeu Bueno da Silva,* o segundo "Anhangüera", que descobriu as opulentas jazidas goianas, nas bacias do Tocantins e do Araguaia (1722).



Borba Gato. O bandeirante veste um gibão de couro sôbre uma véstia de mangas falsas.

Os bandeirantes aproveitaram a passageira união de Portugal e Espanha, quando deixou pràticamente de ter validade o Tratado de Tordesilhas, para elevar para mais de 8.000.000 km² a superfície do Brasil. Conquistaram para nós Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte de Minas Gerais, que estavam além da linha fixada pelo referido Tratado. Mesmo quando não conseguiram os objetivos desejados deixaram nas regiões que visitaram *núcleos de povoamento,* que seriam o início de futuras cidades e de atividades de colonização efetiva dessas regiões, influindo fortemente na formação do Brasil atual.

# OS MOVIMENTOS ECONÔMICOS E NATIVISTAS. A CONJURAÇÃO MINEIRA

O sentimento nacionalista dos brasileiros apareceu já nos primeiros tempos de nossa História, não só pelo natural aprêço do homem à terra do seu nascimento, como pela rivalidade dos nativos para com os portuguêses. Essa rivalidade era motivada pelos interêsses econômicos divergentes entre si e pela diferença de mentalidade entre os primeiros povoadores e os seus descendentes: êstes sofriam a influência de sangue materno e do meio físico.

Entre os principais movimentos citam-se: a guerra dos *emboabas;* a guerra dos *mascates;* a revolta de *Vila Rica.*

**Guerra dos emboabas.** — A descoberta das minas pelos bandeirantes provocou a ida de aventureiros de tôda espécie para a região onde as mesmas se encontravam: os paulistas não quiseram aceitar a concorrência de estranhos e daí as lutas que surgiram. Foi uma guerra de certo modo nativista a dos brasileiros contra a pretensão dos *emboabas* em se estabelecerem na região das minas. A palavra "emboabas" pode ter várias significações: estranho, homem vindo de outras regiões; laçador de gente; cão.

A primeira reação em Minas verificou-se na *Ponto do Morro,* onde alguns indígenas carijós mataram um português recém-chegado do reino. Do rio das Mortes a reação passou para Caeté, onde eram numerosos os paulistas e baianos.

Aí a luta assumiu aspectos de verdadeira guerra civil, sendo os portuguêses dirigidos por *Manuel Nunes Viana,* que foi



feito ditador (o primeiro que recebeu tal encargo na América) pelos seus seguidores e sagrado na Igreja da Cachoeira do Campo por Frei Francisco de Meneses em dezembro de 1707. Manuel Nunes Viana era muito rico e possuidor de apreciável cultura; apesar de ser ilegal a sua investidura, procurou governar com acêrto e buscando acalmar os ânimos.

O govêrno de Lisboa nomeou *Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho* governador e Nunes Viana voltou tranqüilamente para as suas fazendas na região do rio S. Francisco. A anistia geral serviu para pacificar os ânimos, apesar de alguns combates travados entre as partes em disputa.

**Gerra dos Mascates.** — A guerra dos *Mascates* em Pernambuco (1710-1712) resultou da rivalidade entre os brasileiros de Olinda, dedicados ao trabalho agrícola, e os portuguêses de Recife, enriquecidos no comércio. Enquanto Recife progredia constantemente, Olinda decaía, pois não podia acompanhar o ritmo de progresso do centro comercial mais importante do nordeste, cujos habitantes os aristocratas olindenses alcunhavam desdenhosamente "mascates".

Olinda era a sede da comarca e quando Recife conseguiu autonomia administrativa, os brasileiros sentiram-se prejudicados e o conflito surgiu quando o governador, partidário dos portuguêses, foi alvejado por desconhecidos e tomou medidas repressivas. O povo revoltou-se e cêrca de 2 000 homens, recrutados nas propriedades rurais de Olinda, vieram cercar Recife, de onde fugiu o governador *Sebastião de Castro Caldas,* após inúteis tentativas de acôrdo.

Os brasileiros apossaram-se de Recife e entregaram o govêrno da capitania ao bispo *D. Manuel Álvares da Costa.* Contra esta solução levantou-se *Bernardo Vieira de Melo,* espécie de caudilho e um dos chefes na luta contra os negros refugiados em *Palmares,* o qual propôs a proclamação de uma república independente, organizada como a de Veneza, e que ficaria sob a proteção de potência cristã (1710). A luta prosseguiu, os mascates recuperaram a posse de Recife, que foi depois sitiada pelos olindenses: a ordem se estabeleceu com a chegada do novo governador, *Félix José Machado,* que pro-

curou harmonizar as duas facções com medidas imparciais inicialmente. *Bernardo Vieira de Melo,* um dos primeiros a sonhar com a independência do Brasil, ficou prêso até a decretação da anistia geral em 1714.

**Revolta de Vila Rica.** — A revolta de Vila Rica em Minas Gerais foi motivada pela medida tomada pela Côrte de criar as "casas de fundição" em Vila Rica, Sabará e S. João d'El Rei. Nessas casas todo o ouro extraído seria fundido em barras, retirando-se delas a quinta parte para pagamento do impôsto de 20% devido à Coroa. Não foi, portanto, um movimento nativista caracterizadamente e sim reação dos que se julgavam prejudicados pela ordem.

O descontentamento popular contra essa resolução determinou duas revoltas: uma em *Pitangui,* chefiada pelo paulista *Domingos Rodrigues do Prado* e que foi logo abafada; outra em Vila Rica, iniciada em junho de 1720, sob a chefia de *Pascoal da Silva Guimarães, Sebastião da Veiga Cabral* e do português *Filipe dos Santos Freire.*

O governador, *Conde de Assumar,* dominou o movimento e enviou presos para a Europa os dois brasileiros, que foram, algum tempo depois, anistiados pelo rei. Apenas *Filipe dos Santos,* de menor condição social, foi enforcado e esquartejado, a 16 de julho de 1720.

**Conjuração Mineira.** — A *Conjuração Mineira* foi um movimento conspiratório organizado em *Vila Rica,* Minas Gerais, nos fins do século XVIII (1701-1800), a fim de libertar o Brasil do domínio português. Embora um tanto prematuro, organizado um pouco ingênuamente, sem possibilidades maiores de vitória, vale pelo seu sentido patriótico e por ter reunido em tôrno dos seus ideais os homens mais importantes de Minas na época.

Muitos eram os motivos do descontentamento dos brasileiros pela situação existente: as restrições dos portuguêses às atividades econômicas e sociais dos brasileiros; a não participação dos brasileiros na administração da sua terra; o exagêro da fiscalização no comércio do ouro. Além dêsses motivos,



brasileiros mais cultos e viajados desejaram a independência, empolgados pelo exemplo dos Estados Unidos da América e pela propaganda dos escritores que haviam formado o ambiente propício às grandes modificações que a Revolução Francesa efetuaria.

A causa imediata, o motivo da elaboração do movimento, foi o fato de o govêrno português querer continuar recebendo a mesma quantidade de ouro que recebia anteriormente pelo impôsto do *quinto* — 20% do ouro encontrado. Entretanto a produção do ouro decaíra muito e o mínimo de 100 arrôbas anuais passou a representar pesado sacrifício para os consumidores. Quando o govêrno português resolveu receber de uma só vez tôdas as contribuições atrasadas — essa forma de cobrança denominava-se *derrama* —, o povo mineiro recebeu essa notícia como ameaça e os mais importantes elementos da região resolveram reagir.

Os principais conspiradores foram: os poetas *Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa* e *Inácio de Alvarenga Peixoto;* Dr. *José Álvares Maciel;* tenente-coronel *Francisco de Paula Freire de Andrade,* que seria o chefe militar do movimento.

O plano dos conspiradores, que se reuniam em casa dos vários chefes, consistia em fazer começar o movimento quando o govêrno iniciasse a cobrança da derrama; prenderiam o governador, *Visconde de Barbacena,* e fundariam uma república, com a capital em *S. João d'El Rei.* Os conjurados ocuparam-se muito em projetos para depois da vitória: seria fundada uma universidade e declarada abolida a escravidão; as famílias numerosas teriam o amparo do Estado; a bandeira, com um triângulo em homenagem à Santíssima Trindade, teria a seguinte inscrição proposta por Inácio José de Alvarenga "Liberdade ainda que tardia" — *Libertas quae sera tamen.*

A conspiração teve três denunciantes, entre os quais o português *Joaquim Silvério dos Reis,* que devia forte soma de dinheiro à Coroa e esperava assim ser perdoado de sua dívida. O governador, Visconde de Barbacena, que recebera a denúncia, suspendeu imediatamente a derrama, prendeu os principais

conspiradores e avisou ao vice-rei, *D. Luís de Vasconcelos*, que o ardoroso propagandista do movimento, *Joaquim José da Silva Xavier*, conhecido como *Tiradentes*, estava no Rio de Janeiro procurando obter apoio para o movimento. Tiradentes foi prêso na então rua dos Latoeiros, hoje Gonçalves Dias. Os presos de Minas vieram para o Rio de Janeiro, com exceção de Cláudio da Costa que se matou na prisão de Vila Rica (março-abril de 1789).

*O alferes do Regimento dos Dragões das Minas, Silva Xavier. Aparece sem bigode e barba conforme o uso militar da época.*

Durante o processo dos conjurados, que teve longa duração, Tiradentes foi o que não fraquejou, procurando mesmo animar e confortar seus companheiros, alguns dos quais se achavam verdadeiramente intimidados. É verdade que Tiradentes também procurou, de comêço, negar sua responsabilidade no movimento, mas, depois que confessou sua participação, não teve dúvidas em chamar para si a maior culpabilidade, amenizando dêsse modo a situação de muitos dos seus companheiros.

Finalmente o processo ficou concluído e a sentença lida a 19 de abril de 1792: doze chefes eram condenados à morte, e outros, de menor responsabilidade, a degrêdo. No dia seguinte, porém, os condenados à morte tiveram sua pena comutada para degrêdo e prisão perpétua, a exceção de Tiradentes, considerado "indigno da real clemência" de *D. Maria I, a Louca.*

Tiradentes foi enforcado na cidade do Rio de Janeiro, no campo de S. Domingos, perto da atual Praça Tiradentes, no



dia 21 de abril de 1792, hoje uma das datas mais comemoradas pelo patriotismo dos brasileiros. Seus restos mortais foram espalhados por tôdas as localidades em que êle fizera propaganda da independência.

Tiradentes nasceu em *Pombal*, S. João d'El Rei, Minas Gerais. Órfão, teve de ganhar a vida e foi sucessivamente mascate e possuidor "da prenda de pôr e tirar dentes": daí o nome que simboliza, para os brasileiros, a liberdade e a honra da sua pátria. Entrou para o regimento dos *Dragões das Minas*, onde chegou a alferes, embora sofresse, por vêzes, injustas preterições.

Tentou também, sem bons resultados, a mineração. Seu entusiasmo pelo movimento tornou-o, em muitas oportunidades, imprudente, mas foi nobre e altivo durante o processo e digno e corajoso na hora da morte.

*Tambor do Regimento de Moura (1790).*

# A TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL E O BRASIL REINO

**Transmigração da família real.** — Um dos fatos mais importantes da nossa História, pela influência que exerceu na independência e no progresso do Brasil, foi a transferência da côrte portuguêsa para a sua colônia americana.

A Revolução Francesa, um movimento político, social e econômico verificado em fins do século XVIII, determinou profundas modificações na vida dos povos e nas relações entre os países europeus. Os povos porque desejavam conseguir os direitos que os franceses haviam adquirido; os países porque os seus soberanos fizeram consecutivas guerras contra a França, visando restabelecer aí a situação existente antes de 1789. A Inglaterra foi a mais ativa participante dessas coligações contra a França, a qual saiu sempre vitoriosa, principalmente depois que teve os seus exércitos comandados por *Napoleão Bonaparte,* o maior chefe militar da época.

Em vários anos de continuadas guerras, Napoleão só não conseguiu invadir a Inglaterra, cuja esquadra dominava os mares e impedia assim o acesso dos navios franceses. Napoleão, já nessa ocasião (1806) imperador dos franceses, decretou então de Berlim o *bloqueio continental,* pensando assim arruinar o comércio inglês e derrotar definitivamente seu mais ferrenho inimigo. Por êsse decreto, os países da Europa, sob pena de serem atacados pela França, ficavam proibidos de manterem qualquer comércio com a Inglaterra.

Foi aí que Portugal ficou em difícil situação: se não obedecesse às ordens de Napoleão contra a Inglaterra, sua velha



aliada, ficaria exposto à agressão do exército francês que dominava o continente; se não respeitasse a antiga aliança e preferisse obedecer a Napoleão, ficaria sujeito à esquadra inglêsa, que dominava os mares.

A situação interna de Portugal agravara ainda as dificuldades do país em relação à França e à Inglaterra: a rainha *D. Maria I* havia enlouquecido e assim a regência dos negócios públicos estava confiada ao príncipe *D. João,* que não fôra educado para administrar, pois não era o herdeiro do trono — a morte de D. José, seu irmão mais velho, é que lhe deixara a pesada herança.

D. João pensou ganhar tempo negociando simultâneamente com as duas partes, mas Napoleão não admitiu delongas e, pelo decreto de *Fontainebleau* (1807), determinou a divisão

*D. João VI segundo o retrato de Domingos Antônio Sequeira*

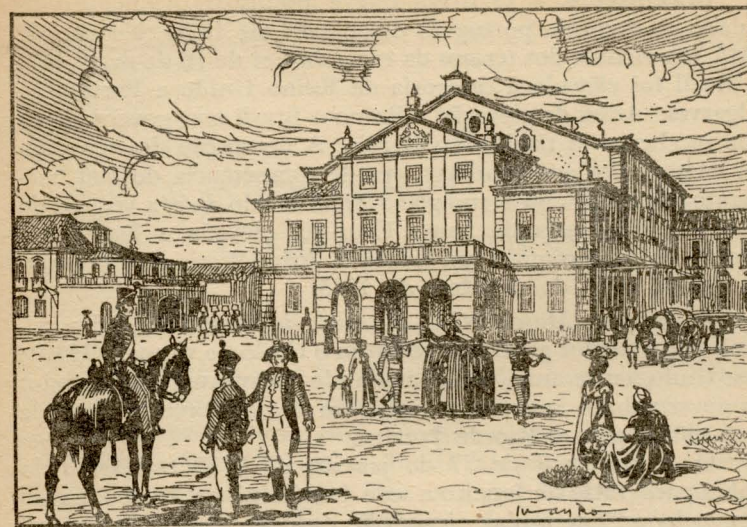
de Portugal em três partes e enviou um exército, sob o comando de *Junot,* para dar execução ao que decidira.

O govêrno português não pensou em resistir e ficou estabelecido que a Côrte (rainha, príncipe, nobres e funcionários) abandonaria Lisboa e viria abrigar-se no Rio de Janeiro: é a denominada *transmigração da família real para o Brasil.* A partida efetuou-se a 29 de novembro de 1807, quando os franceses já se encontravam nos arredores da cidade de Lisboa.

**A côrte no Brasil.** — A viagem para o Brasil foi dificultada por um violento temporal que separou a esquadra: enquanto alguns navios vinham diretamente para o Rio de Janeiro, a maioria dêles tocava na Bahia (22 de janeiro de 1808), inclusive o que transportava a família real.

Ainda na Bahia, no dia 28 de janeiro de 1808, aconselhado pelo economista José da Silva Lisboa, mais tarde *Visconde de Cairu,* o príncipe regente D. João determinou que os portos do Brasil ficariam abertos aos países amigos de Portugal, permitindo assim que os brasileiros mantivessem intercâmbio comercial com todos os povos. A Carta Régia de abertura dos portos é considerada pelos historiadores como um verdadeiro ato de independência do Brasil, e foi completada pelo alvará de 1.º de abril de 1808 permitindo as atividades industriais em nossa terra. A 7 de março chegava ao Rio de Janeiro, em meio a grandes festejos, a comitiva real: fixava-se assim no Brasil, até abril de 1821, a côrte portuguêsa.

A transladação da Côrte para o Rio de Janeiro, inteligente e feliz manobra política, execução de um plano maduramente delineado e o mais acertado nas condições peculiares de Portugal, fêz subsistir a monarquia portuguêsa e possibilitou ao Brasil progresso em todos os setores de atividades e a obtenção de sua independência.

Realmente as iniciativas de D. João no Brasil favoreceram o nosso desenvolvimento material e cultural: a criação do *Jardim Botânico,* a princípio *Real Hôrto,* da *Biblioteca Real,* da *Academia de Belas-Artes,* da *Fábrica de Pólvora,* de duas *Academias de Cirurgia,* uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro,



*O Teatro Imperial do largo do Rocio em 1817* (seg. desenho de Th. ENDER).

da *Academia Militar* e da *Academia Naval;* foram renovados e ampliados os arsenais de Guerra e da Marinha, bem como instalados *Tribunais* de *Justiça* e a *Biblioteca Real.*

A *Impressão Régia,* a primeira tipografia oficial do Brasil, instalou-se em 1808 e nela foi composto o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro,* que circulou de 1808 a 1822, além da revista revolucionária o *Patriota,* que apareceu em 1813 e 1814.

Em 1816, para professar na Academia de Belas-Artes, D. João fêz vir para o Brasil missão de artistas franceses, que ligaram seus nomes ao desenvolvimento cultural de nossa terra: *Grandjean de Montigny, Nicolas Antoine Taunay* e *Jean Baptiste Debret.*

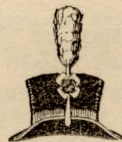
Ainda em 1816, com a morte de D. Maria I, o príncipe D. João tornou-se o rei D. João VI de Portugal.

**Brasil-Reino.** — O Brasil estêve administrativamente vinculado ao domínio português desde 1500 até 1822. No ano de 1815, em virtude dos têrmos da carta da Lei de 16 de dezembro, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Antes da elevação a Reino o Brasil teve governadores que receberam o título de vice-reis. A nomeação dos vice-reis, tal como a dos governadores, era de competência do Rei, mediante carta régia ou mensagem. Meio século após a viagem de Cabral a Província de Santa Cruz foi elevada a Estado do Brasil. Decorrido quase um século D. João IV cria o principado do Brasil a 27 de outubro de 1745.

D. *Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão,* foi o primeiro governador geral que ostentou o título de vice-rei (1640); êsse título, entretanto, só foi atribuído indistintamente a todos os governadores quando se verificou a transferência da sede da Colônia para o Rio de Janeiro.

O decreto real de 27 de janeiro de 1763 transferiu da Bahia para o Rio de Janeiro a sede da administração, tendo sido nomeado, a 27 de junho, vice-rei D. *Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha,* que ao título de vice-rei acrescentou o de *capitão general de mar e terra do Estado do Brasil.*

D. Fernando José de Portugal e Castro, marquês de Aguiar e D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos, foram os dois últimos vice-reis do Brasil.

Em 1808, o Brasil tornou-se a sede da monarquia portuguêsa; em 1815, reino e a sua capital ficou sendo a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves: a independência não podia tardar.

*Chapéu típico de soldado de infantaria à época da chegada do príncipe regente D. João.*



# A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: O GRITO DO IPIRANGA

Em 1815, Napoleão, imperador dos franceses, foi definitivamente derrotado e teve de se submeter ao exílio imposto pelos inglêses: estava assim afastado o principal motivo de permanência da família real no Brasil. Os portuguêses estavam descontentes com a situação inferior a que haviam sido relegados e, além disso, seguindo a orientação dos demais povos europeus, desejavam seu país tivesse uma carta constitucional, que organizasse a nação, fixasse as atribuições dos governantes e assegurasse os direitos do povo.

No Brasil também havia descontentamento, atestado pela revolução de 1817 em Pernambuco, onde eram profundas as divergências entre brasileiros e portuguêses. Revolução nativista e republicana, dela participaram representantes de tôdas as classes sociais pernambucanas, presentes inclusive no Govêrno Provisório que os revoltosos instalaram. Os principais chefes — *Domingos José Martins, José Luís de Mendonça* e o padre *Miguel de Almeida Castro* — foram fuzilados, após a vitória das fôrças governamentais.

A revolta do Pôrto (1820) teve dois objetivos: constitucionalização de Portugal e regresso da Côrte. Os brasileiros, embora concordassem com a constitucionalização do Reino Unido, não desejavam a volta da Côrte para Europa, o que também se verificava com D. João VI, cuja afeição ao Brasil era grande. As divergências entre os partidários da permanência e da retirada da Côrte transformaram-se em motins e isso decidiu

D. João VI, apesar dos apelos amistosos e mesmo ameaças de próxima separação do Brasil que recebeu, inclusive do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. A 26 de abril de 1821 regressou o Rei para Portugal, deixando no Brasil, como regente, o príncipe *D. Pedro,* seu filho mais velho.

D. João partiu convencido de que a união do Brasil e Portugal não duraria muito. Dois dias antes de sua partida, em conversa com o filho, disse-lhe "Pedro, se o Brasil se separar antes seja para ti, que me hás de respeitar, que para alguns dêsses aventureiros".

D. Pedro assumiu os encargos da regência em situação difícil: comércio abalado; o Banco do Brasil sem dinheiro; resistência de algumas províncias do Norte ao govêrno do Rio de Janeiro. A administração de D. Pedro foi boa e êle procurou atenuar, com medidas inteligentes, os efeitos da crise econômica, diminuindo mesmo seus gastos pessoais.

O govêrno de Lisboa, agindo sem habilidade, começou a hostilizar a regência de D. Pedro, promulgando leis e decretos que despertaram grande indignação entre os brasileiros, em sua quase totalidade partidários declarados da separação. Os decretos de *setembro de 1821* serviram para demonstrar os desejos de recolonização do Brasil pelos portuguêses: suprimiam os tribunais de justiça do Rio de Janeiro e ordenaram que D. Pedro voltasse para Europa, sob a alegação da necessidade de ser completada a sua educação.

Os brasileiros organizaram-se para impedir o regresso de D. Pedro, e de Minas e S. Paulo vieram delegações pedindo-lhe que continuasse no Brasil. No dia 9 de janeiro de 1822, *José Clemente Pereira,* Presidente do Senado da Câmara, apresentou ao príncipe D. Pedro uma lista com 8 000 assinaturas rogando-lhe que permanecesse no Rio de Janeiro. D. Pedro concordou afirmando "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto — diga ao povo que fico". Em seguida dirigiu-se às varandas do Paço e disse ao povo "Agora só tenho a recomendar-vos união e tranqüilidade". É o famoso "Dia do Fico", considerado por muitos como a verdadeira data da independência do Brasil.



Logo depois D. Pedro formou um ministério do qual *José Bonifácio de Andrada e Silva* se tornou a figura mais importante. José Bonifácio orientou sua política no sentido de unir os brasileiros e de impedir que as medidas tomadas pelo govêrno de Lisboa contra o Brasil tivessem êxito. José Bonifácio de Andrada e Silva, oriundo de velha família paulista, nasceu em Santos e formou-se em Leis e Filosofia na Universidade portuguêsa de Coimbra. Depois de proveitosa excursão científica pela Europa, foi nomeado professor de Metalurgia da referida universidade. Regressando ao Brasil depois da transmigração da família real, teve importante participação nos acontecimentos políticos, o que lhe valeu o honroso cognome de "Patriarca da Independência". No Brasil independente foi ministro de D. Pedro I, mas tornou-se depois ferrenho oposicionista e terminou sendo prêso e exilado. Quando, em 1831, D. Pedro I abdicou, nomeou-o tutor dos seus filhos, dando-lhe notável prova de confiança. Além de cientista, José Bonifácio foi escritor de méritos.

Algumas medidas tomadas então pelos governantes demonstravam claramente o intento brasileiro de separação: convocação dos representantes das províncias para elaboração de uma carta constitucional; aviso comunicando que nenhum decreto de Lisboa teria execução no Brasil sem a concordância de D. Pedro; aceitação, pelo Príncipe, do título de "Defensor Perpétuo do Brasil". Também os dois manifestos de agôsto afirmam o estado de espírito dos brasileiros: o de 1.º de agôsto de 1822, redigido por *Lêdo* e que declara "Não se ouça entre nós outro grito que não seja União. Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja Independência"; o de 6, dirigido por José Bonifácio às nações amigas, convidando-as a entrar em relação com o Brasil e enviar-lhe agentes diplomáticos. *Joaquim Gonçalves Lêdo,* além do manifesto acima citado, teve influência nos acontecimentos de 1822, aconselhando D. Pedro a aceitar o título de "Defensor Perpétuo do Brasil" e a convocar a Constituinte. Entrando em ásperas divergências com José Bonifácio, Lêdo, nascido no Rio de Janeiro em 1781, afastou-se da política e morreu em 1847, quase completamente esquecido.

**O Grito do Ipiranga.** — Em agôsto de 1822 D. Pedro foi a Santos, a fim de pacificar elementos políticos em divergência. De regresso a São Paulo, no dia 7 de setembro de 1822, já nos arredores da cidade, recebeu notícias de novas medidas tomadas contra o seu govêrno por D. João e seus ministros. O correio que levava essas informações, *Paulo Bregaro,* trazia também cartas de sua espôsa, princesa *Leopoldina,* e de José Bonifácio, pedindo-lhe que não aceitasse as deliberações da côrte portuguêsa.

*D. Pedro I. Baseado em uma litografia de 1830, na qual aparece sem o bigode.*

Às quatro e pouco da tarde do dia 7 de setembro de 1822, às margens do arroio Ipiranga, D. Pedro, lendo a correspondência que lhe fôra enviada, atirou fora o laço português que portava e declarou aos seus acompanhantes "Laços fora, soldados ! Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil. Independência ou Morte, seja a nossa divisa; o verde e o amarelo sejam para sempre as



nossas côres nacionais". Nascido a 12 de outubro de 1798, o príncipe D. Pedro tinha então quase 24 anos de idade.

A palavra *Piranga,* na época assim se escrevia, significa vermelho em tupi e com o acréscimo da vogal tomou a significação de riacho vermelho, correspondente em tupi a Ipiranga.

O dia 7 de setembro é honrado como a maior data da História do Brasil, aquela em que o povo brasileiro tornou-se efetivamente senhor do seu destino.

A 14 de setembro estava já no Rio de Janeiro D. Pedro, que no dia seguinte, apareceu no teatro trazendo uma braçadeira verde onde se lia "Independência ou Morte". A 18 de setembro um decreto instituia a bandeira nacional, benzida solenemente a 10 de novembro seguinte. Teve a honra de receber a primeira bandeira nacional entregue ao exército — sendo Ministro da Guerra João Vieira de Carvalho, depois Marquês de Lajes —, o tenente ajudante do Batalhão do Imperador *Luís Alves de Lima,* o futuro *Duque de Caxias.*

O príncipe D. Pedro foi aclamado imperador do Brasil aos 12 de outubro de 1822 e coroado em meio a grandes festividades, a 1.º de dezembro do mesmo ano.

A D. Pedro I foi adjudicado o título de "imperador" porque o de "rei" fazia lembrar o título português e parecia pequeno para um país tão vasto; além disso, *império* significava a conquista revolucionária, a aclamação popular.

# O PRIMEIRO REINADO

O Primeiro Reinado teve início em 1822 e terminou em 1831, com a renúncia ao trono de D. Pedro I.

A 12 de outubro de 1822, D. Pedro foi aclamado Imperador do Brasil e, a 1 de dezembro, sagrado com grande pompa e luxo; após a bênção dos símbolos reais adotados, o soberano jurou solenemente respeitar e fazer cumprir a Constituição que ainda seria elaborada.

**Guerra da Independência.** – Uma das primeiras preocupações do govêrno de D. Pedro I consistiu em obrigar algumas guarnições militares portuguêsas a aceitarem a sua autoridade. A resistência dos portuguêses foi mais forte na Bahia; manifestou-se ainda no Pará, no Maranhão, no Piauí e na então província Cisplatina, que se separou do Brasil definitivamente em 1828 e é hoje o Uruguai. Houve necessidade de recurso às armas: o que constitui a denominada "Guerra da Independência". Entre os chefes militares que lutaram pela independência, destacaram-se: *José Joaquim de Lima e Silva,* mais tarde *Visconde de Magé,* que pôs cêrco à cidade do Salvador, onde os portuguêses resistiram, sob o comando do general *Madeira de Melo,* até o dia 2 de julho de 1823, quando se retiraram para a Europa; o general *Carlos Frederico Lecor,* mais tarde *Visconde da Laguna,* e almirante *Rodrigo Lôbo,* que submeteram a Cisplatina. Militares estrangeiros também participaram da guerra da independência do Brasil: *Alexandre Tomas Cochrane,* mais tarde *Marquês do Maranhão* e que cercou por mar a cidade do Salvador, o capitão *João Taylor,* comandante da fragata "Niterói" e que perseguiu a esquadra



de *Madeira* até perto de Lisboa, *João Grenfell,* que libertou o Pará, todos êles inglêses; o francês *Pedro Labatut,* que comandou inicialmente as tropas de terra na Bahia. Os brasileiros orgulham-se de duas heroínas reveladas no decorrer da luta: a freira *Joana Angélica,* morta quando pretendia impedir a invasão do Convento da Lapa, onde era abadêssa, e *Maria Quitéria de Jesus,* participante de muitos combates e que se alistou disfarçada em homem, tendo sempre demonstrado coragem e vigor na luta.

O govêrno brasileiro enfrentou algumas dificuldades para obter o reconhecimento da nossa independência, não só por parte dos outros países, como principalmente por parte de Portugal. Sòmente após demoradas negociações, e quando muitos países já o haviam feito, é que o govêrno português, a 29 de agôsto de 1825, reconheceu o fato consumado mediante indenização e o direito atribuído a D. João VI de usar o título de "Imperador do Brasil".

**Constituição de 1824.** – A *Assembléia Constituinte,* convocada para dar ao Brasil uma Constituição e formada por 100 representantes das províncias – apenas 90 participaram dos trabalhos, pois os deputados das regiões onde havia luta armada não compareceram –, iniciou seus trabalhos a 3 de maio de 1823. Desde o comêço divergências entre o Imperador e constituintes dificultaram a tarefa da constitucionalização do país, e essas dificuldades agravaram-se com a passagem dos Andradas para a oposição. Em novembro de 1823, D. Pedro dissolveu a Constituinte e nomeou um Conselho de Estado de dez membros para elaborar uma Carta Constitucional.

A Comissão trabalhou com rapidez, aproveitando parte dos trabalhos já elaborados pelos constituintes e, assim, a 25 de março de 1824, o Imperador outorgava ao Brasil a sua 1.ª Constituição e que, com pequenos acréscimos e modificações, iria vigorar até 1889.

A Constituição é unitária, centralizadora; o poder executivo está sujeito à fiscalização do Imperador e da Assembléia Geral, esta compondo o poder legislativo e com duas casas:

o *Senado*, com membros de mandato vitalício e a *Câmara dos Deputados*, com mandato de 4 anos. O Poder Moderador é atribuído ao soberano e compete-lhe: dissolver a Câmara dos Deputados, indicar os senadores entre os três mais votados em qualquer eleição para o mandato e nomear os governadores das províncias. Quatro, portanto, os podêres criados pela Constituição de 1824: *moderador, executivo, legislativo* e *judiciário.*

**A abdicação.** — Os brasileiros, que haviam unido seus esforços nos movimentos anteriores à Independência, entregaram-se a divergências políticas desde o início do reinado de D. Pedro. O próprio Imperador, tão estimado pelo povo nos primeiros tempos, viu-se envolvido pelos acontecimentos e foi perdendo, aos poucos, a sua popularidade inicial: em 1831 estava, pràticamente, incompatibilizado com a opinião pública.

Entre os fatos que concorreram para essa situação citam-se: a dissolução da Assembléia Constituinte; a severa punição imposta aos rebeldes da Confederação do Equador; os constantes atritos entre D. Pedro I e o poder legislativo; a questão do trono português.

A dissolução da Assembléia Constituinte, com prisão de muitos deputados, pareceu aos brasileiros uma diminuição dos seus direitos e determinou inclusive uma revolta em Pernambuco (1824). Os revoltosos, chefiados por *Manuel de Carvalho Pais de Andrade*, formaram a denominada *Confederação do Equador*, que seria uma república independente, mas foram vencidos e sofreram severa punição: dezesseis chefes republicanos subiram à fôrça ou foram fuzilados. Essas excecuções constituíram mais um motivo de impopularidade para D. Pedro I, que não quis perdoar aos rebeldes.

Outros motivos de descontentamento foram as constantes divergências entre o Imperador e o Legislativo, pois o povo via nelas a possível inadaptação de D. Pedro ao regime vigorante no Brasil.

A questão do trono português consistiu no seguinte: com a morte de D. João VI coube a coroa de Portugal a D. Pedro I, que desistiu da mesma em favor de sua filha *D. Maria da Glória*. Como esta fôsse depois espoliada dos seus direitos pelo irmão



mais môço de D. Pedro, o príncipe *D. Miguel*, o imperador do Brasil passou a ocupar-se muito com a questão surgida, desejoso de recuperar o trono para a sua filha. Os brasileiros não concordaram com a intromissão do Brasil em assuntos internos de outro país e daí a oposição que a política de Pedro I despertava entre o povo.

Também a questão da Guerra da Independência do Uruguai pode ser citada entre os motivos da impopularidade de D. Pedro, pois muitos brasileiros julgavam lamentável a perda de homens e dinheiro para manter subjugado um povo que desejava sua liberdade e houve, após a conclusão da luta, descontentamento por não haver o Brasil conseguido manter a Província Cisplatina. O território do atual Uruguai foi incorporado ao Brasil em 1821 com o nome de Província Cisplatina. Os uruguaios não viam com boa vontade essa união: em 1825, chefiados por *João Antônio Lavalleja*, 33 patriotas deram início à guerra de independência. A Argentina apoiou êsse movimento e assim o Brasil viu-se obrigado a providências militares, começando assim a denominada "Guerra das Províncias Unidas". Houve combates navais e terrestres, entre os quais o do *Passo do Rosário* ou *Ituzaingó* (20-2-1827), de resultado indeciso. Verificou-se depois a interferência da Inglaterra e dessa interferência resultou o Tratado Preliminar de Paz do Rio de Janeiro (27-8-1828), pelo qual Brasil e Argentina reconheciam a independência do Uruguai.

Em 1831, a fim de recuperar prestígio perante o povo, D. Pedro visitou Minas Gerais, onde foi recebido friamente. Em seu regresso ao Rio de Janeiro verificou-se um conflito entre portuguêses e brasileiros, denominado a *noite das garrafadas*, que mais ainda piorou a situação, (março de 1831). Embora não tivesse qualquer participação no conflito, o Imperador, atendendo a um manifesto de 23 deputados e 1 senador, nomeou, a 19 de março, um novo Ministério composto de elementos possuidores da confiança dos brasileiros. Desgostoso com a atuação do ministério, que não restabeleceu a ordem na capital, D. Pedro I demitiu o gabinete de março, substituindo-o por um outro composto de políticos considerados dóceis à sua vontade e que, portanto, eram suspeitos ao povo (5-4-1831).

O povo revoltou-se e as fôrças armadas de terra aderiram ao movimento. O Imperador, porém, não quis ceder, e quando recebeu, no Palácio da Quinta, uma intimação dos rebeldes no sentido de substituir o ministério, não teve mais dúvidas: renunciou em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara, então com pouco mais de cinco anos de idade (7-4-1831).

Nomeou para tutor de seus filhos, que ficavam no Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, o homem que êle mandara prender e exilar, mas em cujo caráter e aptidões sempre confiara. D. Pedro I partiu para Europa e aí continuou o seu destino de libertador de povos: depois de haver selado a Independência do Brasil, recuperou o trono de Portugal para a sua filha D. Maria da Glória e assegurou as liberdades constitucionais da terra que o viu nascer. Glorificado pelos atos de bravura que praticou durante a guerra da Libertação, D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal morreu a 24 de setembro de 1834, com 36 anos incompletos, pois nasceu em Lisboa a 12 de outubro de 1798.

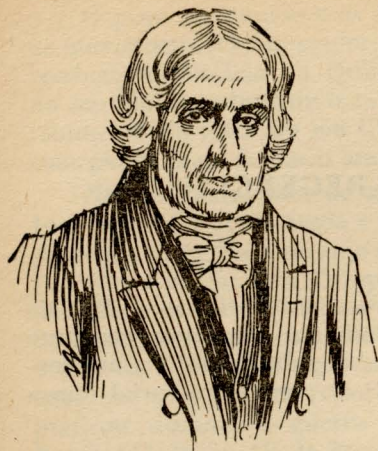
*Dama carioca em traje de missa (segundo Debret).*



## OS GOVERNOS REGENCIAIS

Com a abdicação de D. Pedro I teve início o *Período Regencial:* a Constituição estabelecia que o monarca, enquanto não atingisse 18 anos de idade, seria substituído por um conselho regencial de três membros. O período regencial durou de 1831 a 1840.

**Regência Provisória.** — Após a abdicação de D. Pedro I, os senadores e deputados que se encontravam no Rio de Janeiro, apesar de ser época de férias parlamentares, reuniram-se e elegeram uma *Regência Provisória.* Essa Regência — composta do general ***Francisco de Lima e Silva*** e dos senadores ***José Joaquim Carneiro de Campos*** (*Marquês de Caravelas*) e ***Nicolau Pereira de Campos Vergueiro*** — governou pouco mais de dois meses, em meio a dificuldades provocadas por agitação do povo e indisciplina das tropas.

**Regência Permanente.** — A *Assembléia Geral* (Senado e Câmara dos Deputados reunidos) elegeu, a 17 de junho, a *Regência Trina Permanente,* que ficou assim constituída: general ***Francisco de Lima e Silva,*** e deputados ***João Bráulio Muniz*** e ***José da Costa Carvalho*** (depois *Marquês de Monte Alegre*). Foi um período difícil, em que a tranqüilidade do Brasil estêve perturbada por movimentos de rebeldia não só na capital como em várias províncias: um conflito entre soldados nacionais e estrangeiros, e uma revolta chefiada pelo Major Miguel de Frias, ambos no Rio de Janeiro, foram os que maior alarme causaram. Teve papel importante na repressão dêsses movimentos o Ministro da Justiça, padre *Diogo*

*José Bonifácio.*

*Antônio Feijó,* homem enérgico e voluntarioso, mas que terminou renunciando, quando não foi aprovado o seu projeto de destituição do cargo de tutor de D. Pedro II de José Bonifácio, que êle acusava de conspirador e participante dos movimentos rebeldes.

A Assembléia Geral, tendo em vista as dificuldades oriundas de uma administração partilhada entre três, resolveu modificar a Constituição e pelo denominado *Ato Adicional* — promulgado a 12 de agôsto de 1834 — estabeleceu que o poder regencial caberia a um só membro, que assim substituiria a regência trina. Foi ainda pelo mesmo Ato Adicional que se formou o Município da Côrte, admitido após a denominação de Município Neutro e transformado depois no Distrito Federal.

**Regência Una.** — Para o cargo de regente único foi eleito o padre *Diogo Antônio Feijó.* O regente teve de enfrentar forte oposição política e novos movimentos rebeldes. O mais importante foi o do Rio Grande do Sul, a *Guerra dos Farrapos,* que durou dez anos (1835-1845) e só iria terminar no 2.º Reinado, por fôrça da atuação militar e política de *Luís Alves de Lima,* o futuro *Duque de Caxias.*

**Luís Alves de Lima,** *Barão, Conde, Marquês* e *Duque de Caxias,* nasceu no dia 25 de agôsto de 1803, na antiga freguesia da Estrêla, município de Nova Iguaçu, e morreu no dia 7 de março de 1880, na fazenda de Santa Mônica, no município de Vassouras, província do Rio de Janeiro. Tendo prestado à sua pátria os melhores serviços na paz e na guerra, mercê



de suas qualidades de chefe militar e dirigente político, foi o único brasileiro não pertencente à família imperial que recebeu o título de Duque. É hoje o Patrono do Exército Brasileiro e comemora-se o "Dia do Soldado" a 25 de agôsto, data do seu nascimento.

*Diogo Antônio Feijó.*

O movimento rebelde no Rio Grande do Sul teve início por causa do descontentamento que os elementos exaltados da província, os denominados *farroupilhas,* sentiam pela política moderada da regência trina, que nomeava para governador elementos seguidores dessa orientação; o coronel *Bento Gonçalves da Silva* revoltou-se contra um dêsses governadores, *Fernandes Braga* e assim começou uma luta que ensanguentou o sul do país.

Feijó, cansado pela oposição parlamentar insistente que lhe foi feita e já bastante doente, renunciou e entregou o poder a *Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda,* um dos chefes de maior prestígio no grupo oposicionista (setembro de 1837).

**Pedro de Araújo Lima** foi eleito regente único e na sua administração verificaram-se dois fatos importantes para a cultura brasileira: a fundação do *Colégio Pedro II* e do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Seu período administrativo foi menos agitado que os anteriores, mas também não conseguiu dominar os farrapos e teve ainda de enfrentar revoltas nas províncias: a *Balaiada* no Maranhão e a *Sabinada* na Bahia.

Na Bahia o cirurgião Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira pretendeu separar a província e constituí-la em repú-

blica independente até a maioridade de D. Pedro II. A Balaiada começou com a luta política entre os oposicionistas ao govêrno local, os denominados *bem-te-vis*, e os *cabanos* – governistas: elementos do interior apoiaram os oposicionistas e transformaram a divergência em luta armada; a derrota dos insurgentes, os *balaios* como eram chamados, só se verificaria em 1840.

**A Maioridade.** – Os grupos políticos continuavam as ásperas lutas entre si, e muitos acreditavam que sòmente a antecipação da maioridade de D. Pedro II poderia acalmar as paixões partidárias e dar melhores dias ao Brasil.

Tendo conseguido a aprovação do jovem soberano para a medida, os partidários da antecipação, apesar da oposição do Ministro do Império *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, um dos políticos mais importantes da época e nomeado por Araújo Lima expressamente para impedir a passagem do projeto, obtiveram que a Assembléia Geral proclamasse a maioridade de D. Pedro II no dia 23 de julho de 1840, quando o soberano contava menos de 15 anos de idade, pois nascera no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1825.



## O SEGUNDO REINADO E A PACIFICAÇÃO DAS LUTAS INTERNAS

O Segundo Reinado teve início em 1840, quando foi decretada a maioridade de D. Pedro II, e terminou em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República. Nesse longo período de quase meio século – 1840-1889 – projeta-se, em primeiro plano, a figura do imperador D. Pedro II.

O Imperador possuía realmente grandes qualidades: simples, acessível, trabalhador e vigilante no trato dos assuntos públicos; tinha acentuado interêsse pela cultura intelectual e costumava assistir constantemente concursos e exames no Colégio Pedro II. Suas atividades de administrador ressentiam-se, porém, de certas deficiências, aliando a uma relativa insuficiência de espírito prático certa falta de iniciativa.

O segundo imperador do Brasil nasceu no Rio de Janeiro, a 2 de dezembro de 1825, filho de D. Pedro I e de sua primeira espôsa, a princesa austríaca D. Leopoldina. Quando, em 1889, foi exilado, portou-se com exemplar dignidade, jamais opinando sôbre qualquer assunto brasileiro. Morreu em Paris, a 5 de dezembro de 1891, com 66 anos de idade.

**Pacificação das lutas internas.** – A história política do Segundo Reinado pode ser dividida em 4 fases: *a)* pacificação das lutas internas (1840-1849); *b)* apogeu (1850-1863); *c)* guerras externas (1864-1870); *d)* decadência (1871-1889).

*D. Pedro II como Chefe da Marinha de Guerra Nacional e Imperial vestindo o segundo uniforme (conforme José W. Rodrigues em "Fardas do Reino Unido e do Império").*

Os primeiros tempos do 2.º Reinado foram difíceis: dos movimentos rebeldes do período regencial ainda não haviam terminado a guerra dos *Farrapos* no sul e a *Balaiada* no Maranhão.

A guerra dos Farrapos teve início em 1835 e só veio a terminar em 1845, quando Caxias conseguiu a paz. Caxias tomou posse do govêrno da província em novembro de 1842 e obteve em seguida várias vitórias militares, que abalaram a posição dos rebeldes. Em dezembro de 1844 o govêrno imperial decretou a anistia e o general *Davi Canabarro,* então na chefia dos revoltosos, aceitou o oferecimento a 28 de fevereiro de 1845. Assim graças à capacidade militar e à habilidade de Caxias terminava uma luta sangrenta de quase dez anos.

Também Caxias venceu a revolta denominada Balaiada, ou dos Balaios, assim conhecida por seu chefe Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, no Maranhão (1838-1841). Foi um dos primeiros movimentos populares verificados no Brasil, pois antecipando-se ao problema de *Canudos,* já na República, representou a inevitabilidade do conflito entre as culturas do interior, isoladas no seu meio, e a do litoral, com maiores possibilidades de desenvolvimento. Nomeado, em fevereiro de 1840, presidente da província e comandante das armas, o então coronel Luís Alves de Lima obrigou os rebeldes a abandonarem as vilas de Caxias



e Brejo que ocupavam para, em janeiro de 1841, propor a anistia geral, pacificando assim o Maranhão.

Já no 2.º Reinado tiveram início outros movimentos rebeldes: as revoluções de S. Paulo e Minas Gerais em 1842 e a denominada Revolta Praieira em Pernambuco (1848-1849).

*Luís Alves de Lima e Silva, quando Marquês de Caxias. De um retrato a óleo datado de 1862. Mais tarde Duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro.*

Êsses movimentos foram motivados mais por desapontamentos partidários que por reivindicações populares ou princípios políticos em choque. Em S. Paulo e Minas as rebeliões foram promovidas por elementos do partido liberal, desgostosos com a sua substituição no govêrno pelos conservadores. Para combatê-las foi enviado o então Barão de Caxias, que se dirigiu primeiramente a S. Paulo onde os rebeldes debandaram antes mesmo de entrarem em luta. Seguiu depois para Minas e venceu fàcilmente em *Santa Luzia.* D. Pedro II, mais tarde, concedeu anistia aos chefes rebeldes, entre os quais os principais eram: brigadeiro *Rafael Tobias de Aguiar* e o ex-regente *Diogo Antônio Feijó* em São Paulo; *Teófilo Otôni* em Minas Gerais.

Em Pernambuco ocorreu o último movimento rebelde verificado no tempo do Império: a denominada *Revolta Praieira* (1848-1849). A situação da província era difícil: intenso antagonismo entre os proprietários rurais senhores de *engenhos,* e os comerciantes ricos das cidades, quase todos portuguêses. Êsse antagonismo determinou a agitação nacionalista, característica

aliás de Pernambuco, de onde partiam as iniciativas de nacionalização do comércio e exclusão de estrangeiros.

O pretexto surgiu quando os liberais perderam o poder: teve início então a *Revolta Praieira* (novembro de 1848), que tomou êsse nome porque o jornal dos revoltosos era editado na Rua da Praia, em Recife. Já não era mais época de reagir dessa maneira contra medidas políticas admitidas pela Constituição, e assim, a Revolta Praieira, cujos chefes foram o capitão *Pedro Ivo Veloso da Silveira* e o deputado *Joaquim Nunes Machado,* foi dominada sem maiores dificuldades.

A partir da Revolta Praieira e até 1889, não mais teve lugar, no Brasil, qualquer movimento rebelde.



## O APOGEU DO IMPÉRIO

O período do reinado de D. Pedro II compreendido entre 1850 e 1863 corresponde ao apogeu do Império: foi a fase do progresso econômico e intelectual, do prestígio internacional do Brasil e do bom entendimento entre os partidos políticos, que não mais recorreram a movimentos armados para solução dos problemas partidários surgidos.

O progresso material do Brasil foi bastante apreciável. A *agricultura* desenvolveu-se, especialmente a cultura do *café,* incentivou-se a imigração européia e criou-se o Ministério da Agricultura; as *indústrias* tomaram bastante incremento, principalmente as de fiação e tecelagem, madeiras e produtos químicos, devendo ser citado como principal figura da expansão econômica brasileira *Irineu Evangelista de Sousa, Barão* e depois *Visconde de Mauá.*

Mauá foi, pràticamente, o verdadeiro iniciador da navegação brasileira e o construtor da primeira estrada de ferro do Brasil; exerceu ainda atividades em outros setores — bancos, estradas de rodagem, bondes, abastecimento de gás e água. A primeira estrada de ferro foi inaugurada em 1854 e ia de Mauá à Raiz da Serra, no caminho de Petrópolis: tinha inicialmente 14,5 quilômetros. As estradas de rodagem também foram postas a serviço dos brasileiros, e a primeira, que ia de Juiz de Fora a Petrópolis, foi inaugurada em 1861 e construída por *Mariano Procópio Laje.* O telégrafo e o serviço postal também começaram a servir nessa época.

O comércio desenvolveu-se e fundaram-se bancos — o segundo Banco do Brasil, o Banco Mauá, — atestando o progresso material do país.

**Letras e artes.** — O ensino primário era, de um modo geral, deficiente, principalmente no interior, onde o analfabetismo existia em grande escala. Também apresentava condições de insuficiência o ensino secundário, apesar do impulso que teve com a fundação do Colégio Pedro II. O ensino superior não diferia muito dos demais ciclos acima citados.

No tempo no Império o Brasil possuiu escritores notáveis. Na poesia merecem citação *Gonçalves Dias, Castro Alves, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela* e *Laurindo Rabelo*. Na prosa, cujo gênero mais cultivado foi o romance, destacaram-se *José de Alencar* ("Guarani", "Iracema"), *Manuel Antônio de Almeida* ("Memórias de um sargento de milícia"), *Joaquim Manuel de Macedo* ("Moreninha", "Moço Louro"), *Visconde de Taunay* ("Inocência", "Ouro sôbre Azul") e *Machado de Assis,* que continuou sua carreira literária na República e escreveu "Memórias póstumas de Brás Cubas", "D. Casmurro". Entre os historiadores avultaram *Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Norberto* e *Pereira da Silva.*

Nas artes, destacaram-se os pintores *Pedro Américo* ("A batalha dos Guararapes") e *Vítor Meireles* ("A primeira missa no Brasil"). Entre os músicos, *Francisco Manuel da Silva,* autor do "Hino Nacional" e *Antônio Carlos Gomes,* compositor da ópera "O Guarani".



# OS CONFLITOS EXTERNOS E A DECADÊNCIA DO REGIME MONÁRQUICO

Os países da América do Sul adotaram a forma de govêrno republicano ao se libertarem do domínio da Espanha. O Brasil, entretanto, a única colônia portuguêsa do continente americano, adotou a monarquia como forma de govêrno. No 2.º reinado o Brasil gozou de paz interna a partir de 1849, sem que qualquer movimento armado perturbasse a vida política do país. Alguns movimentos rebeldes nas nações vizinhas repercutiam no Brasil, especialmente os verificados na região do Prata, cujos problemas constituíram a principal preocupação do Brasil no 2.º Reinado, pois com os países platinos tinha o Império interêsses comuns e, portanto, motivos de choques. Os brasileiros, prejudicados algumas vêzes em seus legítimos interêsses, costumavam recorrer ao govêrno imperial para recuperação dos prejuízos sofridos: êsse, o motivo determinante de duas das guerras de que o Brasil participou no 2.º Reinado — prejuízos causados a brasileiros no Uruguai e na Argentina; a terceira guerra foi motivada pela agressão cometida contra o Brasil pelo ditador do Paraguai, *Francisco Solano Lopez.*

**Guerra de Oribe e Rosas.** — O Uruguai, depois do Brasil e Argentina haverem, na Convenção Preliminar de Paz do Rio de Janeiro (27-8-1828), assumido compromisso de defender a independência e integridade da antiga Província Cisplatina, continuou agitado por constantes guerras internas, em que dois partidos, o *colorado* e o *blanco,* disputavam o poder pelas armas. A Argentina, após alguns governos democráticos, caiu sob o poder do tirano *João Manuel Rosas,* que governava o país com severidade.

O Brasil, que já suspeitava das intenções de Rosas em restabelecer, com a conquista do Paraguai e do Uruguai, o antigo vice-reino do Prata, quando o ditador argentino interveio na luta interna do Uruguai em favor de *Manuel Oribe,* chefe do partido blanco, resolveu interferir também para evitar que a Argentina dominasse o país vizinho, o que seria prejudicial aos nossos interêsses na região platina, além de significar desprestígio internacional para o Império, que poucos anos antes concordara com a independência do Uruguai.

Além de significar reação contra o expansionismo de Rosas, reclamações de fazendeiros rio-grandenses contra prejuízos sofridos motivaram a intervenção do Brasil, que obteve apoio do governador da província argentina de Entre Rios, *D. Justo José Urquiza,* que se revoltara contra a tirania de Rosas.

O exército brasileiro comandado pelo general *Manuel Marques de Sousa,* depois *Conde de Pôrto Alegre,* após levantar o cêrco de Montevidéu, invadiu a Argentina e obteve, juntamente com as tropas argentinas de Urquiza, a vitória contra as fôrças de Rosas em *Monte Caseros* (3-2-1852). Rosas, derrotado, retirou-se para Inglaterra, onde morreu anos depois.

**Guerra contra Aguirre.** — Em 1863 novamente o Uruguai viu-se envolvido em guerra interna: o general *Venâncio Flôres,* chefe do partido colorado, procurava depor o presidente *Atanásio Cruz Aguirre,* que pertencia ao partido blanco e sucedera a *D. Bernardo Berro,* contra o qual Flôres iniciara o seu movimento de rebeldia. Em face dos numerosos incidentes na fronteira do Brasil — ataque às estâncias de gado, com depredações e assassinatos — o nosso govêrno protestou junto ao do Uruguai, que não atendeu às reclamações: assim começou a guerra, que terminou com a rendição de Aguirre, quando a esquadra brasileira, sob o comando do almirante Tamandaré, se preparava para bombardear Montevidéu (fevereiro de 1865). Nessa ocasião já havia começado a guerra do Paraguai.

**Guerra do Paraguai** (1864-1870). — A guerra contra o govêrno paraguaio de Francisco Solano Lopez foi a mais longa



que o Brasil já sustentou: iniciada em novembro de 1864 com o aprisionamento em Assunção do navio brasileiro "Marquês de Olinda", terminou em março de 1870 quando foi morto o ditador paraguaio.

O Paraguai viveu isolado desde 1811, quando obteve sua independência. Estêve submetido à ditadura do Dr. *José Gaspar Rodriguez de Francia,* que governou o país de 1814 até 1840, ano de sua morte. Francia foi substituído por um rico agricultor, *D. Carlos Antônio Lopez,* e êste pelo seu filho general *Francisco Solano Lopes,* que foi o iniciador da guerra contra o Brasil. Solano Lopez, aproveitando o progresso material de seu país e as economias feitas pelos seus antecessores, alimentava a idéia de formação do "Grande Paraguai", que abrangeria o Uruguai, províncias argentinas vizinhas e as províncias brasileiras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina: o Império aparecia-lhe como o principal obstáculo a tão grandioso plano.

Lopez protestou contra a intervenção do Brasil no Uruguai em 1864; o govêrno brasileiro não pôde aceitar sua reclamação e o ditador resolveu iniciar as hostilidades fazendo apreender o pequeno navio "Marquês de Olinda", que se dirigia para Mato Grosso, pelo "Taquari", navio mais veloz e melhor armado que o brasileiro (11-11-1864).

Em seguida Lopez fêz invadir o sul de Mato Grosso por duas colunas — uma seguiu por via fluvial, sob o comando do coronel *Vicente Barrios,* com 3200 homens transportados em 13 embarcações comandadas pelo capitão de fragata *Meza,* e a outra, com cêrca de 3.500 homens comandados pelo coronel de cavalaria *Izidoro Resquin,* por terra, constituindo a denominada *Divisão do Norte.* O plano de Lopez era: as duas colunas marchariam no rumo norte e convergeriam para um ataque combinado a Cuiabá, capital de Mato Grosso. A invasão paraguaia encontrou resistência no forte de Coimbra, onde o coronel *Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero* combateu três dias à frente de 150 praças e logrou evadir-se para continuar a luta mais adiante em *Dourados,* onde se bateram até o limite de fôrças o tenente *Antônio João* e seus 18 heróicos companheiros.

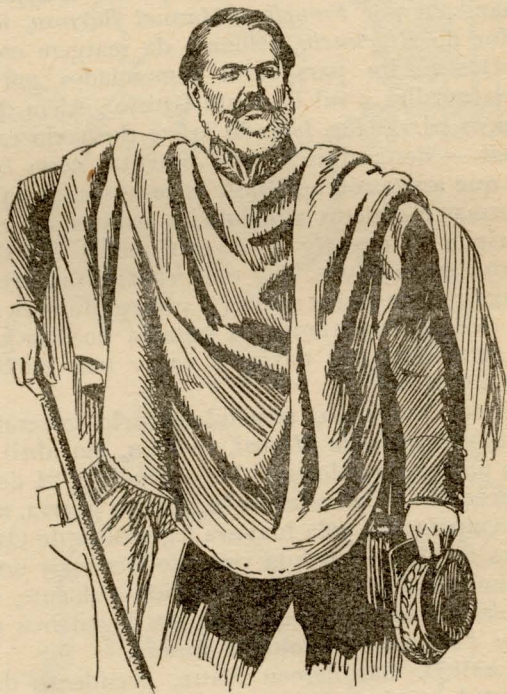
Logo depois Lopez invadiu a província argentina de Corrientes para alcançar o Rio Grande do Sul. A invasão da Argentina determinou a entrada dêsse país na guerra ao lado do Brasil e do Uruguai, onde o general Venâncio Flôres já se definira a favor do Império, pois Lopez apoiava o partido blanco que visava a sua deposição: estava assim formada a *Tríplice Aliança* (1-5-1865), cujos integrantes — Brasil, Argentina e Uruguai — firmaram a declaração de que faziam guerra ao govêrno de Lopez e não ao povo paraguaio.

A primeira grande batalha dessa guerra foi naval e verificou-se no dia 11 de junho de 1865, quando a esquadra brasileira, comandada por *Francisco Manuel Barroso,* foi atacada perto da foz do *Riachuelo,* afluente da margem esquerda do Paraná, pelos navios paraguaios comandados por *Meza,* o mesmo que invadira o sul de Mato Grosso. Além de Barroso, que atacou os paraguaios fazendo aríete do navio capitânia — o *Amazonas* — destacaram-se pela bravura, nessa batalha do Riachuelo que assegurou ao Brasil as comunicações para transporte de armas e gêneros alimentícios para o seu exército, o guarda-marinha *Greenhalg* e o marinheiro *Marcílio Dias,* ambos mortos em combate. Foi uma vitória completa: dos 14 vasos de guerra paraguaios apenas 4 conseguiram escapar. Há ainda um aspecto importante na batalha do Riachuelo: foi o combate travado entre navios a vapor sem blindagem ou couraça.

O exército brasileiro, comandado pelo general *Manuel Luís Osório, Marquês de Herval,* invadiu, em abril de 1866, o território paraguaio pelo sul. Logo depois, a 24 de maio de 1866, travou-se em *Tuiuti* a maior batalha da guerra, na qual os brasileiros, empolgados pela bravura legendária de Osório, que percorreu os batalhões em luta pedindo-lhes mais um esfôrço, obtiveram imortal vitória. Osório, ferido e doente, retirou-se pouco depois, deixando no comando dos brasileiros o general *Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão.*

O general D. Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina e comandante-chefe de seus exércitos, escreveu relativamente a Osório: "o general Osório não é o que se diz com espírito vulgar um valente: valentes são muitos. Para mim

êle tem outra qualidade mais estimável – a prudência". O gênio militar de Osório e sua estratégia fizeram-no pressentir a batalha de 24 e as medidas que tomou asseguraram a vitória.

**Fase intermediária da guerra.** – Em 1867 verificou-se o episódio da *Retirada da Laguna:* fôrças brasileiras invadiram o Paraguai pelo norte e chegaram até a localidade de *Laguna,* de onde tiveram que voltar sofrendo as maiores privações – fome, sêde, incêndios nos campos em que marchavam, uma doença mortífera, a *cólera* –, mas salvando as armas que lhes

*Manuel Luís Osório, Marquês de Herval. De um retrato de Joaquim da Rocha Fragoso, da Pinacoteca do Museu de Petrópolis.*



haviam sido confiadas e as bandeiras da Pátria, que defendiam no campo de batalha. O episódio foi descrito pelo então jovem tenente *Alfredo d'Escragnolle Taunay,* mais tarde *Visconde de Taunay.*

Pouco depois da derrota que os aliados sofreram no ataque ao forte de *Curupaiti,* sob o comando de Mitre, chegava ao teatro da guerra o chefe nunca derrotado *Luís Alves de Lima,* que já recebera o título de *Marquês de Caxias,* pelos serviços prestados ao Brasil.

**Fase final da guerra.** – O primeiro trabalho de Caxias consistiu em contornar as posições paraguaias que fechavam o caminho para Assunção: para isso fêz construir uma estrada que evitava os inconvenientes do terreno pantanoso da região denominada *Chaco.*

A nossa esquadra, sob o comando do capitão de mar e guerra *Delfim Carlos de Carvalho,* Barão da Passagem, forçou, no dia 19 de fevereiro de 1868, a passagem de *Humaitá,* poderosa fortaleza do rio Paraguai, e cuja queda abriu aos invasores o caminho de Assunção. Caxias preparou-se então para tomar as posições terrestres que defendiam a Capital paraguaia, e o exército brasileiro cobriu-se de glórias nas batalhas da *Dezembrada* (dezembro de 1868): *Itororó, Avaí, Lomas Valentinas* e *Angostura.* Após tão brilhantes vitórias, Caxias, a 5 de janeiro de 1869, entrou em Assunção, de onde Lopez se retirou para a região montanhosa do norte, decidido a lutar até o fim.

Já bastante cansado, Caxias regressou ao Brasil, sendo então nomeado para o seu pôsto o príncipe *Gastão de Orleans, Conde d'Eu,* casado com D. Isabel, a herdeira do trono.

As batalhas de *Peribebuí* e *Campo Grande* foram as mais importantes dessa fase final de guerra, que se denomina *Campanha das Cordilheiras* porque transcorreu nas serras situadas ao norte do Paraguai. Lopez foi alcançado por tropas brasileiras comandadas pelo general *Correa da Câmara,* mais tarde *Visconde de Pelotas,* no local denominado *Cerro Corá,* a 1.º de março de 1870. Não querendo render-se Lopez foi morto pelo cabo de cavalaria *Francisco Lacerda,* apelidado o *Chico Diabo:* terminava assim uma campanha de mais de cinco anos,

durante a qual "Coragem, audácia, heroísmo, multiplicaram-se em ambos os lados do conflito. O Brasil, a Argentina e o Uruguai podem orgulhar-se de seus soldados. Mas igual homenagem deve ser tributada aos admiráveis filhos do Paraguai. Valentes e obedientes, sofredores sem um gemido e sem recuos, mesmo nas maiores agruras da luta, combatiam, venciam ou morriam com inteira ausência de receios e absoluta devoção a seu país".

O Brasil, dessa guerra em que tantos filhos seus foram sacrificados, nada tirou para si, além do orgulho de haver livrado um povo irmão de um regime tirânico: manteve a integridade territorial do Paraguai e cooperou para a reorganização administrativa do país. Nada recebeu da indenização de guerra fixada, que, em 1943, foi cancelada pelo então Presidente Getúlio Vargas.

**Decadência do regime monárquico.** — A partir da guerra do Paraguai verificou-se a decadência progressiva do regime monárquico, abalado não só pela propaganda republicana, iniciada efetivamente em 1870, como pelas questões que agitaram o ambiente político e prenunciaram a mudança do regime — questão abolicionista, questão religiosa e questão militar.

As fôrças armadas ficaram descontentes com a política de restrições aos gastos com aparelhamento bélico e com pessoal seguida pelo govêrno após a guerra de 1864-1870; além disso, muitos oficiais envolveram-se em política e daí surgiria a questão militar que derrubaria o trono.

A questão religiosa alienaria do trono as simpatias de grande parte do povo, seguidor fiel da religião católica; o apoio econômico perdeu-o o trono com a questão dos escravos. Havia ainda má vontade quase generalizada à hipótese de um terceiro reinado, quando a Princesa Isabel seria a titular; ataques por vêzes agressivos de políticos monarquistas à Coroa e ao Imperador concorreram para a decadência do regime monárquico. Essa decadência acentuou-se no decorrer do período de 1871 a 1889 e quando a República foi proclamada não houve pràticamente tentativa de defesa do regime que em decadência deixava de existir.



# A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Os primeiros escravos negros, trazidos da África, chegaram ao Brasil logo no início da colonização, e foram elementos importantes na evolução cultural do nosso país. Foi grande a participação do escravo no desenvolvimento da economia brasileira: trabalhou nas cidades e vilas, nos engenhos de açúcar, na mineração, nos campos de pastagem, contribuindo fortemente para o progresso do Brasil.

Entretanto, sua situação não era boa: privados da liberdade, sujeitos a duro regime de trabalho e, por vêzes, castigados injusta ou severamente, os escravos tinham a seu favor elementos idealistas que pretendiam libertá-los. A abolição da escravatura era já, entre os brasileiros, desejo antigo: os conjurados mineiros e José Bonifácio, por exemplo, incluíam-na entre as medidas indicadas para o bem da Pátria.

**Extinção do tráfico.** — Após a Independência o Brasil assinou com a Inglaterra tratados para a extinção do tráfico negreiro (1826). A medida não obteve êxito, o mesmo acontecendo com uma lei da autoria de *Feijó* (1831), que declarava livres de todo os africanos colocados no Brasil dessa data em diante e impunha penas de prisão e multa aos traficantes.

A Inglaterra, que havia anos antes extinguido a escravatura em suas colônias e não queria enfrentar a concorrência de produtos obtidos com trabalho não pago aos seus produtos de trabalho assalariado, começou a opor-se efetivamente ao tráfico negreiro: multiplicaram-se então as medidas inglêsas contra as atividades dos traficantes de escravos.

A situação tornara-se difícil e forçou providências ao govêrno no sentido de melhorá-la: a lei *Eusébio de Queirós* (4-9-1850) estabeleceu medidas eficientes para a extinção do tráfico, que cessou definitivamente em 1855.

**Campanha abolicionista.** — Cessado o tráfico, teve início, aos poucos e cautelosamente, a campanha pela abolição da própria escravatura. A partir de 1860 e, principalmente depois da guerra do Paraguai, foi que a luta pela abolição adquiriu maior importância e intensidade. Nessa primeira fase destacaram-se na propaganda abolicionista: *Castro Alves,* poeta de grande inspiração e vigor; *Luís Gama,* negro, jornalista e orador eloqüente; *José Bonifácio, o Môço,* também brilhante orador.

Em 1871 os abolicionistas obtiveram importante êxito: a promulgação da *Lei do Ventre Livre* (28-9-1871). Por essa lei, votada com o *Visconde do Rio Branco* na chefia do gabinete, eram declarados livres dessa data em diante todos os filhos nascidos de mulher escrava. Os interessados calculavam que em 1910 não haveria mais escravos no Brasil.

Entretanto, a certeza dessa terminação do cativeiro a longo prazo não era de molde a contentar muitos ardorosos idealistas, que continuaram sua generosa campanha no sentido da total e imediata abolição. Centros anti-escravagistas fundaram-se na Côrte e nas províncias — entre êles teve importante atuação a *Confederação Abolicionista,* fundada no Rio de Janeiro em 1883; — novas vozes levantaram-se, vozes eloqüentes e inflamadas: *Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, André Rebouças,* engenheiro ilustre e da raça cativa, *Rui Barbosa, João Clapp* e *José Mariano.*

Joaquim Nabuco foi a segunda voz que se ergueu em favor da libertação dos escravos e daí em diante, quer nos comícios em praça pública ou na tribuna parlamentar, prestou à campanha abolicionista contribuição verdadeiramente notável. O deputado baiano Jerônimo Sodré foi o primeiro a falar, no Parlamento, em favor da libertação; seguiu-o Nabuco, que logo se transformou no líder da campanha abolicionista. Nabuco foi um dos grandes homens que o Brasil possuiu e obteve êxito nas mais variadas atividades, como político, historiador e diplomata.



José do Patrocínio — jornalista vibrante e orador inflamado, sempre provocando o maior entusiasmo na massa popular —, sua atuação, na campanha pela libertação da raça que era a sua, valeu-lhe o cognome de "Tigre da Abolição".

O imperador D. Pedro II, embora favorável à abolição, desejava que a mesma fôsse feita gradualmente, a fim de não determinar excessivo desequilíbrio à economia brasileira. A pressão, porém, era grande e nova lei abolicionista entrou em vigor: a *Lei Saraiva — Cotegipe* ou dos Sexagenários (28-9-1885). Essa lei, declarando livres os escravos que atingissem a idade de sessenta anos, foi obra respectivamente dos gabinetes ministeriais dirigidos por *José Antônio Saraiva* e pelo *Barão de Cotegipe* (João Maurício Wanderley): daí o nome que lhe foi dado de Saraiva — Cotegipe.

Anteriormente a essa grande conquista, os abolicionistas haviam obtido significativas vitórias parciais: as províncias do Ceará e do Amazonas libertaram os escravos nelas existentes (1884); fazendeiros de S. Paulo concederam cartas de alforria aos seus servos. O Clube Militar solicitou à *Princesa Isabel,* então Regente em nome de D. Pedro II, que viajava pela Europa, que os militares não fôssem usados na tarefa de perseguir negros fugitivos (1887). (Os negros fugidos, em número cada vez maior, reuniam-se em núcleos denominados *quilombos,* e dos quais o mais importante foi o de *Jabaquara,* situado em Santos.) Essa atitude dos negros procurarem organizar-se para resistir às contingências do cativeiro vinha, aliás, dos tempos coloniais: os quilombos dos *Palmares,* situados na serra das Barrigas, em Alagoas, no século XVII, constituíram a maior concentração de negros fugidos a cativeiro que existiu no Brasil e durante mais de sessenta anos resistiram às investidas de portuguêses e holandeses.

**Lei Áurea.** — Estimulados por tão importantes conquistas, os abolicionistas continuaram a campanha pela extinção imediata da escravatura e, assim, a resistência ao seu objetivo tor-

nara-se muito difícil; tal compreendeu o gabinete João Alfredo Correa de Oliveira, que encaminhou a votação e promulgação da lei extinguindo a escravidão no Brasil. A "Lei Áurea" sancionada a 13 de maio de 1888 pela *Princesa Isabel*, tornava livres os negros que tanto e tão bem haviam colaborado para o progresso e grandeza da nossa Pátria comum. Os legisladores que a criaram tiveram a dignidade de não estabelecer preço pela libertação dos sêres humanos, estabelecendo simplesmente que era declarada extinta a escravidão no Brasil; foi votada e aprovada em meio a intenso entusiasmo popular, com aplausos, músicas e flôres.

A princesa Isabel, filha do imperador D. Pedro II e de D. Teresa Cristina, foi sempre muito estimada por suas qualidades morais, entre as quais predominava sincera piedade pelos humildes. Exerceu três vêzes as funções regenciais por motivo de viagens do Imperador ao estrangeiro. No exercício de suas funções regenciais sancionou duas importantes leis abolicionistas: a do Ventre Livre e a Áurea. Casou-se com o *Conde d'Eu*, da família real francesa de Orleans. Ficou conhecida como a *Redentora*.



# A REPÚBLICA: PROPAGANDA E PROCLAMAÇÃO

Em tôda a América independente o Brasil fôra a única nação que adotara a monarquia como forma de govêrno. Entretanto, em diversos movimentos armados, mesmo antes de 1822, o ideal republicano figurara nas cogitações dos que haviam participado dos mesmos. Podem ser citados, entre outros, o movimento de 1710 em Recife com Bernardo Vieira de Melo, a Conjuração Mineira de 1789 e a revolução pernambucana de 1817.

O fato de ser o Brasil o único país monárquico na América constituía, sem dúvida, uma circunstância para a propaganda republicana. Outro motivo de propaganda republicana consistia na afirmativa de que a centralização de podêres, característica dos regimes monárquicos, dificultava o progresso do país, pois impedia as iniciativas das províncias e, assim, tornava-se interessante um sistema de govêrno em que se concedesse maior autonomia às unidades nacionais: êsse sistema seria o republicano federativo.

**A propaganda.** — Embora D. Pedro II gozasse da merecida estima do povo, a propaganda republicana adquiriu importância depois da guerra do Paraguai. Em 1870 os republicanos fundaram o "Clube Republicano" no Rio de Janeiro e também o jornal "A República", que publicou o manifesto de apresentação das novas idéias; em 1873 formou-se o *Partido Republicano Paulista* e reuniu-se em Itu (S. Paulo) a primeira convenção republicana.

Daí em diante, e até à queda da monarquia, não mais cessou a propaganda republicana, cujos principais executores

foram: *Silva Jardim, Lopes Trovão, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva, Aristides Lôbo* e *Saldanha Marinho.* Por fôrça de circunstâncias especiais dois vultos justificam citação especial: *Benjamin Constant Botelho de Magalhães,* professor da Escola Militar, cujas pregações republicanas alcançaram repercussão entre os futuros oficiais, e *Rui Barbosa,* cuja violenta campanha jornalística contra o gabinete Ouro Prêto concorreu grandemente para a queda do Império.

A propaganda republicana, apesar de ardorosa e realizada por homens talentosos, não obteve grandes êxitos, pois o povo, de um modo geral, mantinha-se indiferente aos acontecimentos políticos. É verdade, por outro lado, que poucos viam com simpatia a hipótese de um Terceiro Reinado e havia descrença sôbre os partidos políticos que alternavam entre si o poder. No Terceiro Reinado o trono caberia à Princesa Isabel e o principal argumento desfavorável consistia na condição de estrangeiro do seu marido, o Conde d'Eu, embora fôsse êle um esclarecido amigo do Brasil. Os dois partidos acima citados eram: *conservador,* originário do partido *regressista,* que era o de Araújo Lima no período regencial; o *liberal,* oriundo do *progressista,* que apoiava o regente Feijó. De 1868 a 1878 governaram os conservadores, e aí subiram os liberais, que deram os ministérios até a extinção da monarquia, com exceção dos gabinetes conservadores de *Cotegipe* (1885) e *João Alfredo* (1888); era liberal o gabinete Ouro Prêto, o 36.º e último da monarquia. Apesar do encarniçamento, em certos momentos, das lutas partidárias, não havia partidos políticos no Brasil, e sim agrupamentos de políticos em tôrno de certos homens e de interêsses ocasionais: o programa de um partido podia ser realizado por outro sem espanto da opinião pública.

Muito embora os fatôres acima citados — má vontade contra a possibilidade de um Terceiro Reinado e a descrença nos partidos políticos, o povo brasileiro acreditava que a monarquia seria mantida enquanto, pelo menos, vivesse D. Pedro II. Três fatos, entretanto, apressaram a mudança da forma de govêrno: a *questão dos escravos,* com o lógico descontentamento dos fazendeiros pela solução encontrada; a *questão religiosa* e a *questão militar.*



A questão religiosa começou com a atuação dos bispos de Olinda e do Pará contra as irmandades maçônicas, cujos integrantes recorreram aos podêres judiciários, que lhes deram razão: os bispos, acusados de desobediência, foram presos, julgados e condenados. Essa questão, iniciada com a atitude dos bispos em 1872 e terminada com a anistia que lhes foi concedida em 1875, descontentou os católicos e concorreu para a impopularidade da monarquia.

**Questão Militar.** — Denomina-se *questão* militar à série de divergências entre os militares e o govêrno nos últimos anos da monarquia. Os historiadores explicam a má vontade para com o regime imperial por parte da oficialidade mais môça — dizia-se que de aluno até major todos eram republicanos, — pela política de restrições e de desconfiança do govêrno em relação às fôrças armadas seguida após a guerra do Paraguai. Essa política manifestava-se na não concessão de créditos para aparelhamento material e no longo prazo observado para as promoções na carreira funcional. Para tal má vontade terá certamente influído a propaganda de Benjamin Constant na Escola Militar, onde, pelo brilho da argumentação de sua convicção republicana e pelo prestígio pessoal que possuía, tornou republicanos quase todos os seus alunos.

A questão militar tornou-se grave quando o govêrno resolveu punir os oficiais que, usando o direito de livre opinião, desobedeceram proibições das autoridades governamentais referentes a manifestações públicas de pontos de vista. Dois casos avultaram: o criado pela polêmica entre o coronel *Cunha Matos* e o deputado *Simplício de Resende;* o resultante da crítica feita ao coronel *Sena Madureira* pelo ex-ministro da Guerra, senador *Franco de Sá.* Nas duas oportunidades, bem como em outras de menor importância, o espírito de classe dos militares manifestou-se vivamente, considerando êles que tôdas as fôrças armadas haviam sido desprestigiadas.

O govêrno foi obrigado a contemporizar perante a manifestação do exército e isso agravou mais a situação, tornando extremamente instável a situação da monarquia no Brasil.

**A proclamação.** — Assim, quando subiu ao poder, a 7 de junho de 1889, o gabinete ministerial presidido pelo *Visconde de Ouro Prêto,* o país estava agitado e descontente. Ouro Prêto propôs uma série de modificações na organização administrativa e mostrou-se resolvido a enfrentar os problemas resultantes da questão militar.

A figura mais prestigiada nos meios militares era o general *Manuel Deodoro da Fonseca,* cuja cooperação os republicanos passaram a solicitar insistentemente, dando assim início efetivo ao plano de derrubada da monarquia. Deodoro, que não ocultava a estima que nutria pelo velho Imperador, resistiu aos apelos, mas em face da insistência de Benjamin Constant e dos boatos de medidas repressivas por parte do govêrno, acabou concordando em participar do movimento.

Na madrugada de 15 de novembro de 1889 Deodoro assumiu o comando das fôrças rebeldes e dirigiu-se para o Quartel General onde já estava reunido o ministério, que fôra convocado às pressas por Ouro Prêto. A defesa do Quartel General competia a *Floriano Peixoto,* Ajudante General do Exército. Êste, interpelado pelo Visconde de Ouro Prêto sôbre se seria possível capturar os canhões assestados contra o Quartel General, dissera que tal não seria possível e quando o Presidente do Conselho lembrou-lhe que fato semelhante verificara-se no Paraguai, respondeu-lhe tranqüilamente "agora é diferente, somos todos irmãos". Ouro Prêto compreendeu que o govêrno não mais seria defendido e isso realmente aconteceu, pois Deodoro penetrou no edifício sem encontrar resistência e aí declarou ao ministério reunido que o govêrno estava deposto.

À tarde de 15 de novembro alguns republicanos, reunidos no edifício da Câmara Municipal, entre êles os propagandistas *Lopes Trovão* e *José do Patrocínio,* lavraram uma ata declarando instaurado no Brasil o regime republicano.

O Imperador, que ainda no dia 14 estivera no Colégio Pedro II assistindo a um concurso para provimento de uma cátedra, desceu imediatamente de Petrópolis e, baseando-se no pedido de demissão do ministério enviado por telegrama pelo



Visconde de Ouro Prêto antes da entrada de Deodoro no Quartel General, encarregou *José Antônio Saraiva* de organizar novo gabinete ministerial. Quando Saraiva procurou comunicar-se, por escrito, com Deodoro, êste respondeu-lhe que "já era tarde", pois a República havia sido proclamada.

A 17 de novembro partiu para o exílio, a bordo do "Alagoas" a família Imperial, e nesse exílio, impôsto pelas circunstâncias do govêrno republicano, o Imperador demonstrou seu alto patriotismo e sua inexcedível grandeza d'alma: até o dia de sua morte, verificada em Paris a 5 de dezembro de 1891, jamais proferiu qualquer palavra de censura ou queixa do Brasil e dos brasileiros.

**Govêrno Provisório.** — *A República dos Estados Unidos do Brasil* foi instituída pelo Decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889. Para administrar o país, enquanto não entrasse em vigor a Constituição republicana, criou-se o *Govêrno Provisório,* sob a chefia de *Manuel Deodoro da Fonseca.* As Câmaras foram dissolvidas, e declarados extintos os Conselhos de Estado e a vitaliciedade do Senado. Por outro lado, o novo regime reconhecia a validade dos tratados e compromissos internacionais, a dívida pública e os direitos em vigor.

Entre os primeiros decretos do Govêrno Provisório avulta o da convocação da Assembléia Constituinte para 15 de novembro de 1890. Outros decretos significativos podem ser citados: criação da Bandeira da República (19-11-1889) e conservação da música do Hino Nacional (20-1-1890). A data de 19 de novembro passou a constituir a "Festa da Bandeira"; mantida a bela e vibrante música do Hino Nacional, confiou-se, mais tarde, a elaboração dos seus versos a *Osório Duque Estrada.*

Apenas 18 dias após a proclamação da República, o Govêrno Provisório nomeou uma comissão de 5 juristas para elaborar a nova carta política do país. Essa comissão apresentou o Ante-Projeto, cuja revisão foi feita por Rui Barbosa, o qual, além de verificar a parte de linguagem, influiu na orientação constitucional: tendo sido assim importante, a participação de

Rui na elaboração da Constituição de 1891. Instalando-se a 15 de novembro de 1890, a Constituinte baseou seus trabalhos na obra dos 5 juristas: essa obra sofreu, entretanto, várias modificações por parte da nova comissão, composta de 21 membros, os quais, como representantes das unidades da Federação, foram os autores da Constituição. A 24 de fevereiro de 1891 entrava a mesma em vigor e iria reger os destinos do país até 1930.

Três são os podêres criados pela nova Constituição: o executivo, o legislativo e o judiciário. O poder executivo exercido pelo Presidente da República, eleito por voto direto, por quatro anos, não podendo ser reeleito. Os ministros eram escolhidos e demitidos livremente pelo chefe do Executivo.

O Poder Legislativo com duas Casas: o Senado e a Câmara dos Deputados. Os senadores, em número de três por Estado, eleitos por nove anos; os deputados, em número proporcional ao número de habitantes por Estado, eleitos por três anos.

Órgão máximo do poder judiciário o Supremo Tribunal Federal. Cada Estado com sua justiça própria e a Justiça Federal funcionando também nos Estados nas questões de interêsse da União.

*Deodoro proclamando a República.*

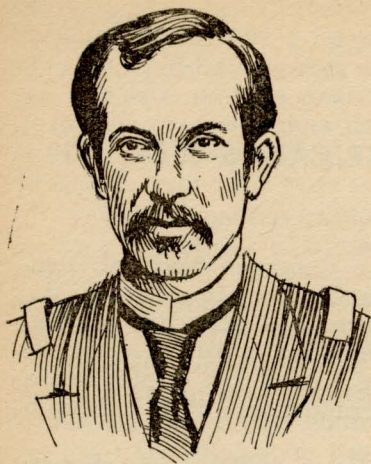
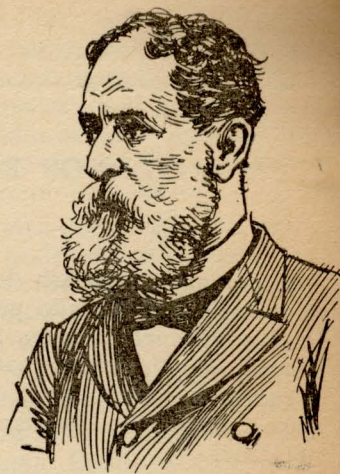


# OS GOVERNOS REPUBLICANOS ATÉ 1930

A 26 de fevereiro de 1891 o Congresso Nacional, atendendo ao determinado pela nova Constituição, elegeu o Marechal *Manuel Deodoro da Fonseca* e o Marechal *Floriano Vieira Peixoto,* ambos naturais de Alagoas, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. De acôrdo com o estabelecido pela Constituição seus mandatos terminariam a 15 de novembro de 1894.

Começava assim a vida republicana do Brasil, que abrange fases bem características e que podem ser assinaladas da seguinte maneira: consolidação da República e pacificação política; recuperação financeira; progresso material e transformação da estrutura econômica; revolução político-econômica de 1930, com a qual termina o 1.º período republicano brasileiro.

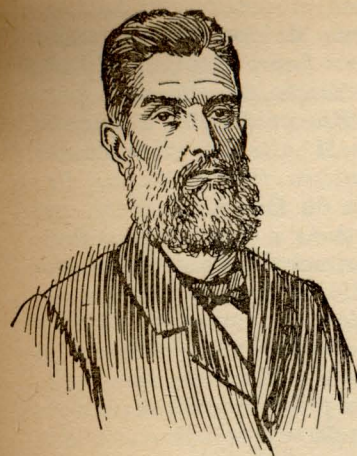
A administração de Deodoro foi dificultada por suas constantes divergências com os parlamentares, que lhe faziam decidida oposição. A 3 de novembro de 1891 Deodoro dissolveu o Congresso e decretou a suspensão das garantias constitucionais para a Capital e Niterói. Essa medida provocou grande descontentamento e, vinte dias depois, a esquadra revoltou-se sob o comando do almirante *Custódio José de Melo.* Deodoro não quis ser causa do derramamento de sangue brasileiro e renunciou, entregando o poder ao seu substituto legal (23-11-1891).

**Govêrno Floriano Peixoto** (1891-1894). — Uma das primeiras medidas de Floriano Peixoto consistiu na deposição dos governadores que haviam apoiado o golpe de dissolução do Congresso; manteve apenas o governador do Pará, *Dr. Lauro Sodré,* que havia desaprovado a atitude de Deodoro.

Floriano Peixoto.

Manuel Deodoro da Fonseca.

A deposição dos governadores também não foi bem recebida e verificaram-se alguns movimentos rebeldes e manifestações coletivas de militares, todos repelidos com energia por Floriano. A reposição, no Rio Grande do Sul, do governador *Júlio de Castilhos,* que fôra deposto por haver aderido ao golpe de Deodoro contra o Congresso, determinou uma revolução que duraria dois anos e ensangüentaria o Estado.

A 6 de novembro de 1893 rebelou-se novamente a esquadra sob o comando de Custódio de Melo, que recebeu a adesão do almirante *Saldanha da Gama.* Floriano agiu com exemplar energia e pôde assim vencer a revolta.

Floriano dedicou tôda a sua atenção em debelar os movimentos de indisciplina: mereceu, por tudo que fêz em defesa do regime, os cognomes de "Consolidador da República" e "Marechal de Ferro".

**Segundo quadriênio:** *Prudente de Morais* (1894-1898). — *Prudente José de Morais e Barros,* nascido em São Paulo, pro-



Prudente de Morais

curou pacificar o país, acalmando os ódios então existentes. Decretou a anistia geral para os envolvidos nos movimentos rebeldes do quadriênio anterior. Em seu govêrno houve a revolta de sertanejos fanáticos, no interior da Bahia, dirigidos por *Antônio Conselheiro.* O reduto dos *jagunços* — nome dado aos sertanejos — chamava-se *Canudos* e muito resistiu antes de ser exterminado. O escritor Euclides da Cunha, que foi professor catedrático do Colégio Pedro II, descreveu essa luta e seus motivos determinantes no conhecido livro "Os Sertões".

Além de haver pacificado os ânimos, Prudente de Morais realizou frutuosa administração: atenuou as dificuldades financeiras decorrentes das despesas feitas com a repressão das revoltas; resolveu a questão de limites com a Argentina — a questão de *Palmas* ou das *Missões;* obteve que os inglêses restituíssem a ilha da *Trindade,* que haviam ocupado indevidamente.

**Terceiro quadriênio:** *Campos Salles* (1898-1902). — *Manuel Ferraz de Campos Sales,* paulista, teve como principal preocupação governamental a restauração das finanças brasileiras, que aliás conseguiu realizar graças a sua energia e à orientação do Ministro da Fazenda, *Dr. Joaquim Murtinho,* que praticou um regime de severas economias. Campos Sales confiou ao jurisconsulto *Clóvis Beviláqua* a elaboração do *Código Civil,* tarefa que só anos mais tarde seria completada, mas significou mais um serviço do seu govêrno ao Brasil.

**Quarto quadriênio:** *Rodrigues Alves* (1902-1906). — O período governamental de *Francisco de Paula Rodrigues Alves,*

Campos Sales.

também natural de S. Paulo, pleno de importantes realizações: *Lauro Müller,* Ministro da Viação, aparelhou o pôrto do Rio de Janeiro e desenvolveu as vias de comunicação; *Francisco Pereira Passos,* Prefeito do Distrito Federal, modernizou a cidade, construindo as primeiras avenidas largas que o Rio de Janeiro possuiu; *Osvaldo Cruz* conseguiu eliminar o perigo da febre amarela, livrando o Brasil de uma verdadeira praga, que dizimava a população e prejudicava o conceito do país perante os estrangeiros.

**Quinto quadriênio:** *Afonso Pena* (1906-1909) e *Nilo Peçanha* (1909-1910). *Afonso Augusto Moreira Pena,* nascido em Minas Gerais, ocupou-se principalmente com a economia do país e com o reaparelhamento das fôrças armadas. No setor da economia incentivou a imigração, construiu vias de comunicação e deu grande impulso à agricultura. Essa fase de progresso do Brasil foi atestada na Exposição Nacional de 1908, realizada em comemoração do centenário da Abertura dos Portos.

Afonso Pena morreu em 1909 e foi substituído pelo Vice-Presidente *Nilo Procópio Peçanha,* natural do Estado do Rio de Janeiro, que criou o Ministério da Agricultura e procurou estatuir o ensino industrial. Durante o seu govêrno celebrou-se um tratado com o Uruguai estabelecendo a livre navegação na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão, o que demonstrara o interêsse do Brasil em cooperar para o progresso dos seus vizinhos.

Houve intensa luta eleitoral para o quadriênio seguinte entre os candidatos marechal Hermes da Fonseca e Rui Barbosa – apoiado aquêle pelas fôrças políticas lideradas por Pinheiro Machado.



**Sexto quadriênio:** *Hermes da Fonseca* (1914-1919). – O período presidencial de *Hermes Rodrigues da Fonseca,* nascido no Rio Grande do Sul, foi prejudicado pelas paixões políticas decorrentes do pleito eleitoral travado para a sucessão de Nilo Peçanha. Não foi, portanto, apesar das boas intenções e da honestidade pessoal de Hermes da Fonseca, um período fecundo de realizações.

Já na fase final do seu govêrno, em agôsto de 1914, teve início na Europa, a 1.ª Guerra Mundial (1914-1918), que iria modificar profundamente a situação econômica, política e social do mundo inteiro.

**Sétimo quadriênio:** *Venceslau Brás* (1914-1918). – O presidente *Venceslau Brás Pereira Gomes,* originário de Minas Gerais, procurou acalmar as paixões políticas e restabelecer mediante severo programa de economias, as finanças do país; entretanto, já se faziam sentir as conseqüências da guerra e não pôde realizar por completo o programa que planejara.

O ataque de submarinos alemães a navios nacionais levou o Brasil a declarar guerra à Alemanha (1917), participando fôrças brasileiras – de terra e mar – da fase final das hostilidades, que terminaram com a vitória das forças aliadas.

**Oitavo quadriênio:** *Delfim Moreira* (1918-1919) e *Epitácio Pessoa* (1919-1922). – Para sucessor de Venceslau Brás foi eleito o antigo Presidente *Francisco de Paula Rodrigues Alves,* que não chegou a tomar posse por se encontrar gravemente enfêrmo no dia da mesma e logo depois haver falecido. Enquanto, na forma da Constituição, eram convocadas novas eleições, ocupou a cadeira presidencial o Vice-Presidente *Delfim Moreira da Costa Ribeiro,* eleito para o cargo juntamente com Rodrigues Alves. Delfim Moreira ocupou o cargo de novembro de 1918 a julho de 1919 e o fêz com competência e habilidade, embora estivesse em mau estado de saúde e cansado por 4 anos de govêrno em Minas Gerais.

Em julho de 1919 subiu ao poder *Epitácio da Silva Pessoa,* nascido na Paraíba. As principais realizações do seu govêrno foram: a remodelação do exército empreendida pelo Ministro

da Guerra *João Pandiá Calógeras,* civil e notável historiador; reconstrução de unidades navais e métodos novos de adestramento do pessoal na pasta da Marinha, também entregue a um civil, o escritor *Veiga Miranda;* as obras contra o flagelo das sêcas na região nordestina. O Prefeito do Distrito Federal, *Carlos Sampaio,* continuou a obra renovadora de Passos, aterrando parte da Lagoa Rodrigo de Freitas e arrasando o Morro do Castelo, em cujo local surgiria mais tarde a Esplanada do mesmo nome, onde hoje estão alguns dos mais importantes edifícios públicos e particulares da cidade.

Houve áspera luta pela sucessão de Epitácio entre os candidatos Artur Bernardes e Nilo Peçanha, e quando o Congresso Nacional reconheceu o candidato das fôrças governamentais Artur Bernardes como Presidente da República, verificaram-se levantes armados na Vila Militar e no Forte de Copacabana (5-7-1922). No levante do Forte de Copacabana teve lugar um dos episódios heróicos que a História regista: a marcha para a morte dos "Dezoito do Forte" que não quiseram cessar a luta quando já não havia qualquer esperança de vitória.

**Nono quadriênio:** *Artur Bernardes* (1922-1926). O período governamental de *Artur da Silva Bernardes,* natural de Minas Gerais, foi agitado por constantes divergências políticas e por alguns movimentos armados, os quais, aliás, não lograram êxito; transcorreu quase todo sob *estado de sítio,* ou seja, suspensão das garantias constitucionais. Apesar dessas dificuldades à sua administração, Artur Bernardes patrocinou a reforma da Constituição de 1891, modificando alguns artigos que a prática de 35 anos impunha, tornou efetiva a cobrança do impôsto de renda e, principalmente, preocupou-se com a defesa das riquezas minerais do Brasil.

**Décimo quadriênio:** *Washington Luís* (1926-1930). — *Washington Luís Pereira de Sousa* nasceu no Estado do Rio de Janeiro, mas realizou a sua carreira de político em São Paulo. Levou para o govêrno duas preocupações principais: abrir estradas para facilitar as comunicações entre os centros de produção e de consumo; criar uma nova moeda, o cruzeiro,



com a qual pretendia estabilizar a economia brasileira. O seu govêrno foi afetado pela crise mundial de 1929, que atingiu profundamente o nosso principal produto de exportação, o *café,* trazendo desequilíbrio à nossa economia.

Houve, mais uma vez, acesa luta eleitoral pela sucessão de Washington Luís, que apoiava declaradamente a candidatura de *Júlio Prestes,* paulista. As fôrças oposicionistas uniram-se em tôrno do nome de *Getúlio Vargas,* então governador do Rio Grande do Sul. O Congresso Nacional reconheceu Júlio Prestes como Presidente, mas a 3 de outubro de 1930 verificaram-se, em vários pontos do Brasil, movimentos armados para deposição do Presidente. A 24 de outubro de 1930, no Rio de Janeiro, Washington Luís viu-se obrigado a entregar o poder à Junta Militar — integrada pelos generais *Tasso Fragoso* e *Mena Barreto* e pelo almirante *Isaías de Noronha* — e que se constituíra para evitar a continuação da luta armada entre brasileiros: faltava menos de um mês para a terminação do mandato do presidente deposto.

# O BRASIL DE 1930 ATÉ NOSSOS DIAS

Vitorioso o movimento revolucionário, instalou-se um *Govêrno Provisório,* sob a chefia de *Getúlio Dorneles Vargas,* nascido no Rio Grande do Sul: começava a denominada "República Nova".

O novo govêrno imediatamente promulgou uma Lei Orgânica, pela qual eram limitadas suas próprias atribuições legais e mantidas algumas disposições da Constituição de 1891. Foram criados então dois novos Ministérios: Educação e Saúde; Trabalho, Indústria e Comércio. Leis benéficas ao povo e ao país foram promulgadas pelo Govêrno Provisório: limitação das horas de trabalho; reforma da lei eleitoral com a instituição do voto secreto, do voto feminino e da representação de classes profissionais no Parlamento.

A revolução constitucionalista em 1932, de São Paulo, embora vencida, veio apressar a convocação da Assembléia Constituinte, que se instalou aos 15 de novembro de 1933, tendo a Constituição pela mesma elaborada entrado em vigor a 16 de julho de 1934.

**Govêrno Getúlio Vargas** (1934-1937). — O chefe do Govêrno Provisório foi eleito Presidente da República pelos constituintes: seu mandato deveria durar até 1938.

O regime instituído em 1934 só vigorou três anos: a 10 de novembro de 1937, sob a alegação de que a campanha eleitoral então travada poderia levar o país à guerra civil, o presidente Getúlio Vargas, apoiado pelas fôrças armadas e por quase todos os governadores dos Estados, dissolveu o Congresso e



outorgou ao Brasil uma Carta Constitucional. Esta Carta caracterizou-se pelo fortalecimento do poder central, com a quase completa supressão da autonomia dos Estados e com o aumento de atribuições conferidas ao Chefe do Executivo, cujo mandato foi fixado em seis anos. Foram nomeados interventores para os Estados, proibidos o funcionamento dos partidos políticos e a existência de bandeiras e símbolos regionais.

*Getúlio Vargas.*

Nesse período criaram-se a Justiça do Trabalho para resolver as questões entre empregados e empregadores e o Ministério da Aeronáutica; e se expandiu a indústria siderúrgica com Volta Redonda e no domínio das relações internacionais houve o desenvolvimento da política da boa vizinhança assegurada pelas ligações pessoais de Roosevelt e Getúlio, que efetivou política sul-americana de entendimento e por ato legislativo perdoou as dívidas do Paraguai resultantes da guerra contra Solano Lopes.

**Constituição de 1946.** — Em 1939, com o ataque da Alemanha à Polônia, teve início a 2.ª Guerra Mundial, de que participou efetivamente o Brasil, com o envio da Fôrça Expedicionária Brasileira, e que terminou em 1945, com a derrota dos regimes de tendências fascistas, totalitárias. Assim o Brasil, cujo govêrno era acentuadamente centralizador e onde as dificuldades causadas pelo conflito internacional haviam impedido a realização do plesbicito para aprovação da Carta de 1937 e o funcionamento do poder legislativo, imediatamente procurou o regresso às fórmulas políticas liberais tradicionais: os partidários do govêrno querendo uma Assembléia Constituinte com Getúlio Vargas no poder, até que a futura Constituição entrasse em vigor e os oposicionistas realizando contra o mesmo desa-

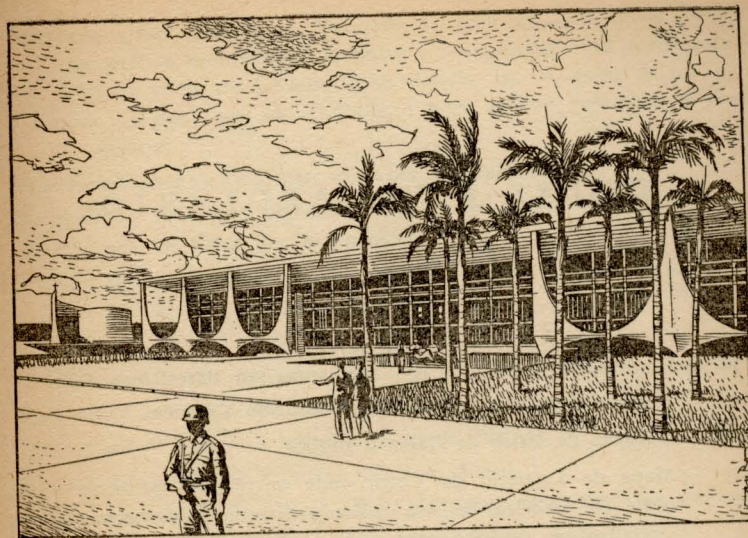
brida campanha, a que associaram elementos das fôrças armadas. A 29 de outubro de 1945, querendo evitar o derramamento de sangue, Getúlio Vargas renunciou o poder.

As fôrças armadas entregaram o govêrno, na forma estabelecida pela Carta de 1937, ao ministro *José Linhares,* Presidente do Supremo Tribunal Federal, o qual ficou no cargo até a posse do novo Presidente, General Eurico Dutra, eleito a 2 de dezembro de 1945, vencendo o seu principal antagonista, o brigadeiro *Eduardo Gomes,* um dos "Dezoito do Forte". Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a atual Constituição.

**Presidência Eurico Dutra** (1946-1951). — O general *Eurico Gaspar Dutra,* natural de Mato Grosso, havia sido Ministro da Guerra de Getúlio Vargas. No seu período governamental foi instalada a *Companhia Hidro-Elétrica de S. Francisco,* para aproveitamento da fôrça da cachoeira de Paulo Afonso e aberta a estrada *Presidente Dutra,* que faz a ligação entre Rio e São Paulo.

**Presidência Getúlio Vargas** (1951-1954). — Obtendo apreciável maioria de votos sôbre os seus adversários, *Getúlio Vargas* voltou ao poder em 1951. No seu govêrno foram criadas a Petrobrás e a Electrobrás destinadas à defesa e exploração do nosso petróleo e das nossas fontes de energia elétrica. Apesar do incontestável prestígio popular que possuía, Getúlio Vargas enfrentou dificuldades graves em seu novo período governamental: os vários problemas existentes no mundo inteiro nessa ocasião eram agravados pela violência e agressividade da campanha oposicionista.

Aproveitando um crime comum, planejado e praticado ocultamente, e de cuja apuração resultou serem conhecidos abusos praticados por alguns elementos que trabalhavam no Palácio do Catete, a oposição redobrou a violência de seus ataques, de que resultou o início da deposição de Getúlio Vargas, que preferiu matar-se (24-8-1954).

Subiu ao poder o Vice-Presidente *João Café Filho,* nascido no Rio Grande do Norte, e que deveria completar o período de 5 anos previsto pela Constituição.



*Palácio da Alvorada em Brasília (1960 — Junho).*

A 3 de outubro de 1955 foi eleito Presidente da República o *Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira,* natural de Minas Gerais. A 11 de novembro de 1955, estando no exercício da Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. *Carlos Luz,* por haver o Presidente Café Filho solicitado licença para tratamento de saúde, o Ministro da Guerra *Henrique Lott* teve de recorrer a um movimento armado a fim de processar o retôrno às fórmulas constitucionais vigentes. Ainda em novembro verificou-se a substituição de Café Filho pelo Presidente do Senado, Dr. *Nereu Ramos,* natural de Santa Catarina, e que ocupou a presidência até 31 de janeiro de 1956, quando subiu ao poder o atual Presidente do Brasil, Dr. *Juscelino Kubitschek de Oliveira,* em cujo govêrno vem ocorrendo o desenvolvimento econômico do país e se processou a mudança da capital para Brasília e a conseqüente instalação do Estado da Guanabara previsto em texto constitucional.

# DATAS E VOCABULÁRIO

— I —

1487 — Descobrimento do cabo das Tormentas por Bartolomeu Dias.

1402 — Descobrimento da América por Cristóvão Colombo.

1498 — Chegada de Vasco da Gama à Índia.

1514 — Mapa de Leonarlo da Vinci, onde se vê pela primeira vez o nome da América, embora aplicado a um continente meridional estendendo-se de leste para oeste e não às ilhas descobertas por Colombo.

**Antigüidade** — Idade antiga. Uma das épocas em que se costuma dividir a História. As outras épocas ou idades são: Média, durante a qual eram reduzidos os conhecimentos geográficos; Moderna, quando houve os grandes descobrimentos marítimos; Contemporânea, que é a atual.

**Bússola** — Agulha magnética montada numa caixa circular e que aponta a direção norte.

**Caravela** — Tipo de navio de construção portuguêsa. Possuía mais segurança que a galera, cuja quilha era pouco profunda, e a combinação usada pelos portuguêses de velas redondas ou quadradas com velas triangulares dava-lhe maior velocidade que a da nau.

**Especiarias** — Tempêro para comida.

**Primazia** — Superioridade, prioridade ou seja qualidade do que está em primeiro lugar. Os portuguêses ficaram em primeiro lugar na procura de novas terras.

**Infante** — Título dado em Portugal e Espanha aos príncipes não herdeiros do trono. O herdeiro do trono é o filho mais velho do rei; os outros são infantes.



**Monarca** — Reis soberanos. Titulares de uma das formas de govêrno existente: a monarquia. A outra é a república. Na monarquia o cargo de chefe do govêrno é hereditário, isto é, passa de pai para filho, ao passo que na república o povo escolhe, pelo voto, o chefe do govêrno.

**Empreendimento** — Emprêsas, execução de trabalho.

**Algemado** — Prêso com algemas. Algemas são argolas de ferro com que se ligam as mãos dos prisioneiros.

**Posteridade** — Gerações futuras. Tempos vindouros.

— II —

**9 de março de 1500** — Partida de Lisboa da esquadra de Cabral.

**22 de abril de 1500** — É avistado o monte Pascoal.

**26 de abril de 1500** — Primeira missa no Brasil.

**1.º de maio de 1500** — Posse oficial da nova terra. Carta de Caminha.

**2 de maio de 1500** — Partida da esquadra para a Índia.

**julho de 1501** — Retôrno de Cabral, cuja frota ancorou em frente da Casa da Mina.

**Escrivão** — Oficial público, que trabalha em serviços de justiça, escreve têrmos de processo, atas, documentos; suas declarações têm valor de afirmação oficial.

**Páscoa** — Festa anual dos cristãos, comemorativa da ressurreição de Cristo.

**Ancoradouro** — Lugar onde a embarcação lança âncora. Âncora é uma peça de ferro, prêsa numa corrente também de ferro e que segura os navios no leito dos mares e dos rios.

**Degredado** — Homem que sofreu a pena de degrêdo. Degrêdo é a prisão fora da terra do criminoso.

**Documento** — É elemento principal para estudo da História. Serve para provar a existência de um fato que se tenha verificado.

**Autêntico** — Verdadeiro, provado.

**Físico** — Na época do descobrimento do Brasil significava médico, cientista.

**Guarda-mor** — Tem duas significações: empregado superior de repartição pública, chefe de pequeno grupo de soldados.

**Fidalgo** — Indivíduo que tem título de nobreza.

— III —

**Formação cultural** — O estudo da cultura de um povo é o estudo do que se relaciona à vida dêsse povo: solo que habita, produções, usos, costumes, instituições políticas, sociais, econômicas, religião, atividades intelectuais, desportivas. A formação cultural é o desenvolvimento das atividades de um povo até chegar a determinado nível de civilização.

**Nômade** — Povo que não tem pouso fixo, que vagueia errante.

**Sentimentalismo** — Caráter ou qualidade do sentimental. Sentimental, sensibilidade, sentimentos afetivos.

**Fetichistas** — Adoradores de ídolos, representados por objetos materiais. Seguidores de religiões primitivas, rudimentares.

— IV —

**1501** — Expedição exploradora de Gaspar de Lemos.

**1502** — Arrendamento da terra a Fernão de Loronha.

**1503** — Expedição exploradora de Gonçalo Coelho.

**1511** — Expedição da nau "Bretoa".

**1521** — Morte de D. Manuel I e ascensão de D. João III.

**1526** — **1528** — Expedição de Cristóvão Jaques.

**1534** — Instituição do regime de capitanias.

**Colonização** — É a organização de uma terra que foi descoberta ou conquistada. Consiste principalmente na fixação do homem na nova terra, na exploração econômica da mesma, organização política e formação de cidades.

**Mapa de Cantino** — Mapa elaborado em 1502 e onde já figuram acidentes geográficos brasileiros. Foi refundido em 1504.

**Alvará** — Resolução assinada pelo soberano ou monarca.

**Capitanias Hereditárias** — Lotes de terras concedidos a particulares para administração e exploração por sua própria conta. Capitanias — por serem propriedades de capitães-mores — e hereditárias — por passarem de pai para filho.



**Sesmarias** — Terreno ainda abandonado concedido a particular para sua exploração.

**Monopólio** — Direito exclusivo de transportar e vender. Só a coroa portuguêsa podia colhêr, transportar e vender o pau-brasil.

**Quinto** — Era o impôsto estabelecendo que vinte por cento — o quinto, do total — do ouro encontrado no Brasil cabia ao govêrno português.

— V —

**1549** — **1553** — Govêrno de Tomé de Sousa.

**1549** — Fundação da cidade de Salvador, a primeira cidade fundada no Brasil.

**1552** — Chegada do primeiro bispo do Brasil.

**1553** — **1557** — Govêrno de Duarte da Costa.

**1554** — Fundação da cidade de São Paulo.

**1558** — **1572** — Govêrno de Men de Sá.

**Centralização diretora** — Uma administração unificada, centralizada, dirigindo tôda a colônia. Por descentralização operadora entende-se a atividade de todos os donatários trabalhando em seus lotes, aproveitando cada qual a autonomia que o rei lhes dera.

**Caramuru** — Além da significação de dragão saído do mar, alguns autores acrescentam outra: nome indígena do peixe denominado *moréia*. Provàvelmente quando Diogo Álvares foi encontrado pelos indígenas ao se abrigar no litoral baiano, os que o viram acharam que êle semelhava ao referido peixe. E daí o apelido que lhe deram.

**Atribuições financeiras** — Trato de assuntos referentes a dinheiro da colônia, cobrança de impostos e taxas alfandegárias.

**Jesuítas** — Padres pertencentes à Companhia de Jesus. Tiveram importante papel na História do Brasil: cristianizaram e civilizaram os indígenas; foram elementos de ordem e moralidade; contribuíram para a nossa expansão geográfica.

**Deslumbrado** — assombrado — entusiasmado.

**Noviço** — Homem que se prepara para ingressar em uma ordem religiosa.

**Catequese** — Ação de chamar os indígenas para a religião.

**Auspiciosos** — Esperançoso, prometedor.

— VI —

1555 — Franceses na Guanabara.

1560 — Destruição das posições francesas.

**1.° de março de 1565** — Fundação da cidade do Rio de Janeiro.

**20 de janeiro de 1567** — Expulsão dos franceses.

**1.° de março de 1567** — Transferência da cidade para o morro do Castelo.

**Contrabando** — Comércio proibido. Introdução de mercadorias estrangeiras sem pagamentos de impostos.

**Armadores** — Homens que armam e equipam à sua custa embarcações para comércio, pesca e outras atividades marítimas.

**Confiscada** — Apreender para o fisco por motivo de contravenção. Fisco é o tesouro de um país. Contravenção é o ato de violar a lei.

**Mercantis** — Atividades comerciais.

**Borgolês** — Natural da Borgonha, região da França.

**Metrópole** — Nação em relação às suas colônias. O Brasil, por exemplo, foi colônia de Portugal; Portugal conseqüentemente, foi metrópole do Brasil.

**Restinga** — Porção de terra arenosa, situada nas proximidades de mares ou de rios.

— VII —

1580 — **1640** — Domínio espanhol.

1612 — 1615 — Franceses no Maranhão.

1621 — Fundação da Companhia das Índias Ocidentais.

1623 — 1623 — Primeira invasão holandesa.

1630 — 1654 — Segunda invasão holandesa.

1637 — 1644 — Nassau no Brasil.

1640 — D. João IV, rei de Portugal.

1645 — Insurreição pernambucana.

1654 — Retirada dos holandeses do Brasil.

1710 — Duclerc no Rio de Janeiro.



1711 — Duguay-Trouin no Rio de Janeiro.

**Súdito** — Aquêle que está sujeito a outro; vassalo.

**Emboscada** — Ato de atacar o inimigo de surprêsa.

**Trégua** — Suspensão temporária da guerra.

— VIII —

1531 — Entradas promovidas por Martim Afonso de Sousa.

1595 — Entrada de Belchior Dias Moréia.

1628 — Início das atividades de Antônio Rapôso Tavares.

1674 — Bandeira de Fernão Dias Pais.

**Iniciativa governamental** — Medida tomada pelo govêrno.

**Oriundo** — Originário, procedente, vindo de.

**Missões** — Aldeiamentos indígenas dirigidos por jesuítas.

**Anhangüera** — Nome indígena que significa "grande diabo" ou "aquêle que já foi diabo". Como os indígenas recusassem indicar onde estavam as minas de ouro, Bartolomeu Bueno fêz queimar perante êles uma vasilha cheia de aguardente: os silvícolas acharam que êle tinha podêres sobrenaturais fois fazia o fogo pegar na água.

— IX —

**Silvícola** — Habitantè das selvas, das florestas.

1709 — Início da guerra dos emboabas.

1710 — 1714 — Guerra dos mascates.

1720 — Revolta de Vila Rica.

1789 — Início da Conjuração Mineira.

**21 de abril de 1792** — Execução de Tiradentes.

**Conjuração** — Trama, conspiração. Reunião de muitas pessoas, em segrêdo, para obtenção de algum motivo.

**Inconfidência** — Palavra significando delação, traição, rompimento de um segrêdo. Não deveria ser usada com referência ao movimento de 1789, porque os que dêle participaram não foram traidores e sim dedicados aos interêsses de sua terra natal.

**Conspiração** — O mesmo que conjuração.

**Vila Rica** — Antiga denominação da atual cidade de Ouro Prêto.

**Prematuro** — Que vem antes do tempo; temporão.

**Ingênuamente** — O que é feito com simplicidade com inocência, sem maldade.

**Restrições** — Limitações, diminuição, redução.

**Revolução Francesa** — Revolução do povo francês contra o domínio absoluto dos reis — só os soberanos faziam e executavam as leis, e contra os abusos da nobreza. Foi um movimento de grande importância e que afirmou a igualdade de todos homens perante a lei.

— X —

**1806** — Decreto do bloqueio continental.

**1807** — Decreto de Fontainebleau.

**1807** — Partida da Côrte para o Brasil.

**1808** — Abertura dos portos e liberdade industrial.

**1815** — Elevação do Brasil à categoria de Reino.

**1816** — Morte de D. Maria I; D. João VI, rei.

**Transmigração** — Ato de passar de uma região para outra.

**Coligações** — Aliança, liga, de diversos países para um fim comum; os países europeus uniram-se, coligaram-se para combater a França.

**Bloqueio continental** — No caso em tela consistiu na proibição aos países do continente europeu em terem comunicações com a Inglaterra.

**Delonga** — Demora, adiamento, retardamento.

**Côrte** — Residência do monarca, também aplicável à gente que habitualmente cerca o monarca.

**Impressão Régia** — Repartição fundada para imprimir jornais.

**Algarve** — Região situada ao sul de Portugal.

— XI —

**1820** — Revolta do Pôrto.

**1821** — Regresso da Côrte para Europa.

**9 de janeiro de 1822** — "Dia do Fico".



**7 de setembro de 1822** — "Grito do Ipiranga".

**12 de outubro de 1822** — Aclamação de D. Pedro I.

**1.º de dezembro de 1822** — Coroação do Imperador.

**Exílio** — Destêrro, degrêdo, expulsão da pátria.

**Carta Constitucional** — Documento que contém a Constituição de um país. Constituição é a lei máxima de um país, estabelece a organização administrativa e os direitos e deveres de todos os cidadãos.

**Universidade** — Conjunto de escolas superiores.

**Metalurgia** — Tratamento científico dos minerais para extração dos metais.

**Cognome** — Apelido.

**Patriarca** — O mais velho, o chefe, o mais importante.

**Abdicação** — Renúncia, retirada.

— XII —

**1822 — 1831** — Reinado de D. Pedro I.

**1822 — 1823** — Guerra da Independência.

**1824** — Constituição do Brasil.

**1825** — Reconhecimento da Independência do Brasil pelo reino de Portugal.

**1825 — 1828** — Guerra de Independência do Uruguai.

**1831** — Abdicação de D. Pedro I.

**Abadêssa** — Superiora de colégio de freiras.

**Constituintes** — Representantes do povo eleito para elaboração da Constituição.

**Constituição Unitária** — A que atribui maior soma de podêres ao govêrno Central.

**Abdicação** — Renúncia ao poder, entrega de cargo ocupado.

**Espoliada** — Privada de qualquer coisa por processos violentos e anormais.

— XIII —

**7 de abril de 1831** — Abdicação de D. Pedro I.

**1831** — Regência Trina.

**12 de agôsto de 1834** — Ato Adicional.

1835 — Regência Una.

23 de julho de 1840 — Maioridade de D. Pedro II.

**Assembléia Constituinte** — Reunião de representantes do povo, para elaboração de uma constituição.

**Rebeldes** — Revoltosos, insurgentes.

**Tutor** — Pessoa que fica em lugar do pai do menor e que o educa e protege.

— XIV —

1842 — Revoltas em São Paulo e Minas Gerais.

1845 — Fim da Guerra dos Farrapos.

1848 — 1849 — Revolta Praieira.

**Acessível** — Pessoa tratável, amável, fácil no trato.

**Apogeu** — O mais alto grau; o ponto máximo.

— XV —

1854 — Primeira estrada de ferro.

1861 — Primeira estrada de rodagem.

— XVI —

1851 — 1852 — Guerra de Oribe e Rosas.

1864 — 1865 — Guerra contra Aguirre.

1864 — 1870 — Guerra do Paraguai.

1865 — Batalha do Riachuelo (11 de junho).

1866 — Batalha de Tuiuti (24 de maio).

1867 — Retirada de Laguna.

1868 — Passagem de Humaitá (19 de fevereiro). Batalhas da *Dezembrada:* Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura.

**Ditador** — Chefe de govêrno investido de autoridade absoluta, que governa sem limitação de poder.

**Tirano** — Chefe de govêrno que abusa de sua autoridade, ditador cruel e agressivo.



**Depor** — Tirar do cargo, expulsar do poder.

**Rendição** — Ato de entregar-se, sujeitar-se.

**Ditadura** — Forma de govêrno em que todos os podêres ficam em mãos de um só homem, o ditador.

**Tríplice Aliança** — Aliança de três países. No caso, Brasil, Argentina e Uruguai aliados contra o ditador do Paraguai.

**Batalha naval** — Batalha travada em águas: mar ou rio.

**Aríete** — Máquina de guerra que servia para derrubar muralhas.

**Navio capitânia** — Navio chefe, onde fica o comandante de tôdas as fôrças empenhadas na luta.

**Legendária** — Objeto de lenda, narrativa maravilhosa.

— XVII —

1850 — Lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico.

1871 — Lei Rio Branco ou do Ventre Livre.

1885 — Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva — Cotegipe.

1888 — Lei Áurea.

**Abolição** — Pôr fora de uso, anular, suprimir, Abolir a escravatura é suprimi-la, terminá-la.

**Evolução cultural** — Cultura de um povo ou de uma época é o conjunto de atributos dêsse povo ou dessa época. Evolução cultural é uma série de modificações sofridas através dos tempos por qualquer povo ou civilização.

**Tráfico** — Comércio. Pode significar também comércio desonesto. Ato indecoroso.

**Côrte** — Nome próprio dado à cidade do Rio de Janeiro no tempo do Império.

**Carta de Alforria** — Carta em que o senhor concedia liberdade ao seu escravo.

— XVIII —

1873 — Convenção de Itu.

15 de novembro de 1889 — Proclamação da República.

19 de novembro de 1889 — Criação da Bandeira.

15 de novembro de 1890 — Instalação da Assembléia Constituinte.

24 de fevereiro de 1891 — Constituição do Brasil.

**Províncias** — Nome dado, no tempo da monarquia, às partes componentes do Império do Brasil. Atualmente essas partes denominam-se Estados.

**República Federativa** — República é o regime de govêrno em que os governantes são escolhidos pelo povo em eleições e têm prazo fixado de mandato. As repúblicas podem ser *unitárias* — predomínio do poder central com pouca autonomia para os Estados ou Províncias —, e *federativas* — com maior autonomia para as partes componentes do país.

**Assestados** — Apontados, dirigidos para.

**Decreto** — Decisão do Chefe do Executivo — Rei, Imperador ou Presidente da República.

**Câmaras** — O Brasil tinha duas Câmaras Legislativas no Império: Senado e Câmara dos Deputados. Na República essas duas câmaras continuaram existindo.

**Conselho de Estado** — Conselho Consultivo para assuntos administrativos. Criado por lei de 23 de novembro de 1841, compunha-se de 12 membros efetivos e 12 suplentes, além dos membros da família imperial.

**Vitaliciedade** — Condição de vitalício. Vitalício é o que dura a vida inteira.

— XIX —

**24 de fevereiro de 1891** — Constituição do Brasil.

**26 de fevereiro de 1891** — Eleição do Presidente e Vice Presidente da República.

**23 de novembro de 1891** — Renúncia do Presidente Manuel Deodoro da Fonseca.

**1891-1894** — Presidência Floriano Peixoto.

**1894-1898** — Presidência Prudente de Morais.

**1898-1902** — Presidência Campos Sales.

**1902-1906** — Presidência Rodrigues Alves.

**1906-1909** — Presidência Afonso Pena.

**1909-1910** — Presidência Nilo Peçanha.

**1910-1914** — Presidência Hermes da Fonseca.

**1914-1918** — Presidência Venceslau Braz.



**1914-1919** — Presidência Delfim Moreira.

**1919-1922** — Presidência Epitácio Pessoa.

**1922-1926** — Presidência Artur Bernardes.

**1926-1930** — Presidência Washington Luís.

**Congresso Nacional** — É um dos podêres dirigentes do país. Compete-lhe as funções legislativas, ou seja elaborar as leis.

**Constituição** — É a lei que organiza um país. Nenhuma outra lei entra em vigor se tiver disposições contrárias à Constituição.

**Adesão** — Ato de aderir. Aderir significa unir-se, juntar-se a determinada pessoa ou grupo ou partido.

**Sertanejo** — Habitante do sertão. Sertão — lugar distante, inculto, afastado de povoações.

— XX —

**24 de outubro de 1930** — Deposição de Washington Luís.

**1930-1934** — Govêrno Provisório de Getúlio Vargas.

**16 de junho de 1934** — Promulgação da Constituição.

**1934-1937** — Presidência Getúlio Vargas.

**10 de novembro de 1937** — Outorga da Carta Constitucional.

**1937-1945** — Presidência Getúlio Vargas.

**1945-1946** — Presidência José Linhares.

**1946-1951** — Presidência Eurico Dutra.

**1951-1954** — Presidência Getúlio Vargas.

**1954-1955** — Presidência Café Filho.

**1955-1956** — Presidência Nereu Ramos.

**31 de janeiro de 1956** — Posse do atual Presidente, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

**21 de Abril de 1960:** Brasília e o Estado da Guanabara.

# HOMENS DE AMANHÃ!

## *Explicação e Agradecimento*

Há mais de trinta e cinco anos que nossa política editorial vem sendo a de produzir livros de alto valor cultural, ou de grande utilidade prática, a preços ao alcance do poder aquisitivo médio do povo brasileiro.

Recentemente, contudo, a marcha incontrolada da inflação vem pondo em perigo essa norma de trabalho e de dedicação à causa pública, pois que torna insuficientes nossos recursos financeiros próprios. Recorremos, então, às instituições de crédito, expondo-lhes, além das garantias materiais que estávamos capacitados a oferecer, a importância de nossa presença no terreno cultural brasileiro: acima de cinqüenta por cento de todos os livros didáticos adotados no Brasil nos cursos secundário, normal e comercial, são lançados por nós, além de alta percentagem nas escolas primárias.

Quatro dêsses estabelecimentos de crédito,

***Banco Nacional de Minas Gerais S. A.,***

***Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A.,***

***Banco Português do Brasil S. A.,***

***Banco do Estado de São Paulo S. A.,***

graças ao alto espírito público de suas administrações, contribuíram pronta e substancialmente para que não modificássemos nossa política de alta qualidade a preço acessível. A êles, pois, queremos deixar consignado desta forma pública o nosso agradecimento sincero. Mais, ainda, queremos que cada estudante, cada leitor brasileiro saiba que *êste* livro, com *esta* apresentação moderna e funcional, *é fruto também dessa cooperação,* que beneficiando as partes diretamente interessadas, beneficia de modo mais amplo e não menos profundo tôda a Nação brasileira.

A DIRETORIA DA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

*São Paulo, julho de 1960.*